



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**BRAIMA GOMES**

**DIFICULDADES DE APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-  
BISSAU: UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**BRAIMA GOMES**

**DIFICULDADES DE APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-  
BISSAU: UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

G612d

Gomes, Braima.

Dificuldades de aprendizado da língua portuguesa na Guiné-Bissau : uma questão de políticas e planejamentos linguísticos / Braima Gomes. - 2021.

60 f. : il., color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Língua portuguesa - Estudo e ensino - Guiné-Bissau. 2. Planejamento linguístico.  
3. Política linguística - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.079665

**BRAIMA GOMES**

**DIFICULDADES DE APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU: UMA QUESTÃO DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS LINGUÍSTICOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 23 de agosto de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (Orientador)**

Doutor - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre**

Doutora - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lavínia Rodrigues de Jesus**

Doutora - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho para o povo guineense que é um povo humilde, trabalhador, que pelo seu esforço construiu a sua pátria através de uma luta armada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de alguma maneira, diretamente ou indiretamente, contribuíram para tornar a minha vida mais significativa para o mundo no qual vivemos. Agradeço ao meu pai, que durante a sua vida dizia para mim e meus irmãos, “um dos meus filhos estudará na Guiné-Bissau” e apontava o dedo para mim dizendo “tu serás um grande homem!” Infelizmente, ele não conseguiu acompanhar o processo de construção do meu futuro. Não posso esquecer da minha querida mãe, que nem sei descrever a sua aparência, pois ela me deixou com pouca idade.

Agradeço a meu orientador professor Dr. Alexandre Cohn Silveira, pelo seu desempenho e dedicação ao longo desse trabalho. Sei que foi difícil para ele, mas ele conseguiu dedicar tudo o que pôde para que um dia esse trabalho fosse publicado. Não posso esquecer a Dr<sup>a</sup>. Professora Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre, uma mulher que também conseguiu se colocar no meu lugar, para entender o meu lugar e as dificuldades que eu estou passando. Ela me disse sempre, conte comigo eu estou aqui e você tem com quem contar. Se tivesse mais pessoas como ela, esse mundo seria outro. Eu seria ingrato até tal ponto se eu não agradecesse a Dr<sup>a</sup>. Professora Lavínia Rodrigues de Jesus, uma mulher de caráter e profissionalismo. Eu nunca esquecerei dela e das suas palavras. Poderia torná-las uma estátua, transformaria o meu agradecimento e colocá-la-ia no centro da sua cidade para que todo mundo pudesse ver a sua bondade. Também agradeço a Maria Francisca Teles Demétrio e António Malaquias da Silva, seu marido, e a sua família, que nos deu uma casa para morar. Admiro essa família.

Agradeço também aos meus irmãos, Ousmane Mendy, Albino Mendy Mariejeanne Diouf, Paulina Ufala Barros, Segunda Pereira, Upá Datchangue, Ermelinda Mendy, Maurice Mendy, Tony Mendy, Pierre Mendy, Epifânia Aristides Arlete da Silva, Mama Mendes, Fino Vessam Mendes, pela força que me deram durante o curso. Fiquei orgulhoso deles e não consigo agradecê-los da maneira que eu queria.

Os que não consegui mencionar e agradecer através dessa página, não são menos importantes na minha vida. Eles estão no eixo da minha vida, cada um desempenhou um papel importantíssimo na construção da minha história.

## RESUMO

Este é um Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura em Letras-língua portuguesa que tem como objetivo entender as dificuldades de aprendizado na Guiné-Bissau e propor uma solução a esse problema do ponto de vista da política linguística. O trabalho tem grande importância pois, através dele, as entidades competentes – Estado, Universidade e Linguistas – podem tomar providências para solucionar o problema constatado no ensino da Guiné-Bissau, a fim de evitar futuras consequências na educação. Para esta pesquisa foram estudados textos teóricos, documentos e foram realizadas entrevistas com estudantes guineenses no sentido de perceber sua relação com a língua portuguesa e com o crioulo. A pesquisa nos mostra que o português foi adotado como língua oficial e de ensino através de um decreto, mas é o crioulo que faz parte do dia a dia dos alunos guineenses. A pesquisa ainda mostra que o crioulo tem um público falante maior que o público falante de português, o que caracteriza um entrave para o aprendizado de estudantes guineenses. É importante rever as políticas e os planejamentos linguísticos da Guiné-Bissau para que haja um avanço no ensino, na aprendizagem e na educação guineenses.

**Palavras-chave:** Língua portuguesa - Estudo e ensino - Guiné-Bissau. Planejamento linguístico. Política linguística - Guiné-Bissau.

## RIZUMU

Es i tarbaju di konkluson di kursu di lisensiatura na Letras-lingu portuguis, ku tene suma objetivu intindi difikuldadi di alunu na Guiné-Bissau, tambi pa pui um suluson pa es purblema di puntu di vista di pulitika linguística. tarbaju tene garandi importância pabia, através di el ku entidade kompetenti-Estadu, universidadi ku linguista pudi toma providensia pa sulusona purblema ku ta ojadu na ensinu di Guiné-Bissau, pa pudi evita futuru konsikuensia na edukason, pa kila, pisskisa i studadu testu teoriku dukumentu, i fasidu tambi entrevista ku studantis guineensi na sintidu di pirsibi si relason ku lingu portuguis tambi ku krioul. Piskisa mostranu di kuma portuguis adotadu suma lingu oficial atraves di um dekretu, ma krioul fasi parti di dia a dia di alunu guineense. Pisskisa inda mostra kuma krioul tene um publiku di falantis maior diki publiku falanti di portuguis, ku karakterisa um obstakulu pa studanti guineense. I importante revi pulitika ku planejamentu linguistiku di Guiné-Bissau pa i tem um avansu na ensinu, ku aprendisagen ku na edukason di krioul.

**Palabra-cabi:** Pulitika linguistiku; planşamentu linguistiku; Guiné-Bissau; krioul; edukason.

## **ABSTRACT**

This is a monography a degree in Portuguese Language that aims to understand the learning difficulties in Guinea-Bissau and proposes a solution to this problem from the point of view of Language Policies. The work is of great importance because, through it, the competent entities – State, University and Linguists – can take steps to solve the problem found in teaching in Guinea-Bissau, in order to avoid future consequences on education. For this research, theoretical texts, documents were studied and interviews were conducted with Guinean students in order to understand their relationship with the Portuguese language and with Creole. The research shows us that Portuguese was adopted as the official and teaching language through a decree, but that Creole is part of the daily lives of Guinean students. The research also shows that Creole has a greater speaking public than the Portuguese speaking public, which characterizes an obstacle to the learning of Guinean students. It is important to review Guinea-Bissau's language policies and plans in order to advance Guinean teaching, learning and education.

**Keywords:** Language planning. Language policy - Guinea-Bissau. Portuguese language - Study and teaching - Guinea-Bissau.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

RDN – Rádio Difusora Nacional

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>14</b>
<b>    SOBRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA E A GUINÉ-BISSAU .....</b>	<b>14</b>
1.1. Entendendo a Política Linguística e o contexto guineense.....	14
1.2. O português como língua oficial na Guiné-Bissau .....	18
1.3. As práticas linguísticas oficiais e não oficiais .....	23
1.4. O crioulo guineense como fator de identidade e cultura .....	28
<b>    CAPÍTULO II.....</b>	<b>31</b>
<b>    SOBRE O PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU .....</b>	<b>31</b>
2.1. O que é planejamento linguístico? .....	31
2.2. Sobre os planejamentos linguísticos .....	34
2.3. O Planejamento Linguístico na Guiné-Bissau .....	36
<b>    CAPÍTULO III.....</b>	<b>41</b>
<b>    AS LÍNGUAS NO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE.....</b>	<b>41</b>
3.1 O sistema de ensino guineense .....	41
3.2. O crioulo e a língua portuguesa na educação dos guineenses .....	44
<b>    CAPÍTULO IV .....</b>	<b>49</b>
<b>    A PESQUISA REALIZADA.....</b>	<b>49</b>
4.1. Metodologia.....	49
4.2 As respostas e as análises .....	50
<b>    CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
<b>    Referências.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau, é um país que passou muito tempo na luta contra os colonizadores portugueses e contra as violências do colonialismo. Contudo, a educação praticada hoje no país continua trazendo marcas preocupantes desse colonialismo, não havendo uma valorização maior dos saberes e da cultura dos povos guineenses. A sua forma de educação tradicional não sofreu mudança de maneira alguma no sentido de estar presente nas políticas oficiais e essa educação, esses saberes, fazem parte da história desse povo africano. Como guineense que sou, percebi que o tema que está aqui abordado é importante pois contribuirá, de certo modo, na mudança de algumas atitudes de governantes sobre a formação e educação da sociedade guineense.

Esse trabalho busca entender melhor quais as dificuldades que os/as estudantes guineenses apresentam na Guiné-Bissau relativamente à questão linguística do país. Procuramos estudar com mais atenção a questão da política e do planejamento linguístico na Guiné-Bissau, para perceber como essas questões afetam o aprendizado e a vida das pessoas.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender dificuldades de aprendizados da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Mais especificamente, pretendo entender a política linguística na Guiné-Bissau, e também descrever os tipos de planejamento linguístico que se desenvolvem na Guiné-Bissau. Diante disso, será possível analisar os planejamentos linguísticos da Guiné-Bissau, para, então, identificar as principais dificuldades dos alunos guineenses na sala de aula, com relação à língua portuguesa.

A partir do problema apresentado sobre o papel da língua portuguesa no aprendizado dos alunos guineenses, minha hipótese central é de que o português, sendo uma herança colonial na Guiné-Bissau, vem trazendo alguns desafios no que diz respeito aos aspectos sociais, institucionais e educacionais do país. Quando digo que o português favorece problemas sociais, é porque ele passou a hierarquizar a sociedade guineense, ou seja, um falante do português é uma pessoa privilegiada, vista como pessoa civilizada, inteligente. Quanto às questões institucionais, todos documentos oficiais são escritos em português, e muitos funcionários não sabem interpretar esses documentos. Na hora de aplicar isso na prática, muitos problemas são ocasionados. Já na educação, o português vem constituindo grande problema no aprendizado dos estudantes porque estes não entendem o idioma e isso acabava sendo grande problema para o aluno.

O trabalho está dividido em quatro capítulos que abordam, cada assunto central, algumas particularidades e situações relativas a esses assuntos. No capítulo 1, inicialmente, apresento um estudo sobre o que vem a ser “Política Linguística”, que é a área onde este Trabalho de Conclusão de Curso se insere. Nesse capítulo, abordo sobre a língua portuguesa como língua oficial do país, sobre as práticas linguísticas existentes e sobre a língua crioula como fator de cultura e identidade guineenses. A ideia do capítulo é discutir a questão da política linguística procurando, através dela, entender o que está acontecendo, quanto ao mesmo assunto, na Guiné-Bissau.

No capítulo dois, apresento um estudo sobre o “Planejamento linguístico na Guiné-Bissau” em que nos dedicamos a estudar sobre o conceito de planejamento linguístico e os tipos de planejamento linguístico existentes: Planejamento de Status; Planejamento de Corpus, e; Planejamento de Aquisição. Após as explicações conceituais, abordo sobre como estão organizados os planejamentos linguísticos no contexto guineense, suas motivações e suas consequências para o povo do país.

Posteriormente, no capítulo três, procuramos entender como as línguas participam do sistema de ensino na Guiné-Bissau – mais especificamente a língua oficial portuguesa e a língua majoritária crioula – entendendo suas influências nas salas de aulas, através de alunos e do sistema educacional. Procuramos também entender como está organizado o sistema de ensino na Guiné-Bissau e sua relação com as questões linguísticas.

O capítulo 4 apresenta a organização metodológica dessa pesquisa que, num primeiro momento, é uma análise bibliográfica, mas que, por causa de seu caráter exploratório, faz um levantamento através de questionários respondidos por guineenses sobre suas experiências linguísticas no sistema de ensino do país e também buscando entender suas relações com a língua portuguesa e com a língua crioula. A abordagem dos dados levantados é feita de forma qualitativa para melhor embasar as nossas considerações.

A pesquisa mostra que o português na Guiné-Bissau foi adotado como língua oficial e língua de ensino através de um decreto que define o seu uso a nível institucional. No entanto, essa língua constitui uma série de dificuldade para os estudantes. Para a maioria dos guineenses, que não utilizam a língua portuguesa em seu dia a dia, mas sim convivem em língua crioula, uma saída possível para o problema seria adotar o crioulo como língua oficial e de ensino para assim dar ênfase à cultura e à identidade dos estudantes, facilitando o aprendizado de alunos.

## CAPÍTULO I

### SOBRE A POLÍTICA LINGUÍSTICA E A GUINÉ-BISSAU

#### 1.1. Entendendo a Política Linguística e o contexto guineense

Este trabalho trata da questão das políticas de língua que existem na Guiné-Bissau, sendo, portanto, importante destacarmos o surgimento da política linguística enquanto área de estudos e pesquisas, o seu percurso até aos nossos dias. Na década de 1960, nasceu a política linguística e, desde então, tem atraído muitos pesquisadores para si, atualmente é uma das áreas de estudo mais procuradas. Severo, explica como e onde surgiu a política linguística, dizendo: “O nascimento da política linguística como campo científico disciplinar (EUA e Europa) se deu concomitante à emergência da sociolinguística, ambas tendo como marco um evento organizado por William Bright na universidade da Califórnia, em 1968 (...)” (SEVERO, 2013, p.451)

Cooper (1989), conforme explica Severo (2013) no seu trabalho sobre a política linguística, diz que:

(...) Política linguística tem tradicionalmente se voltado para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de língua, a escolha de alfabeto para representação gráfica de uma língua, hierarquização formal das línguas (língua de trabalho, oficiais, não oficiais, por exemplo), entre outros. (COOPER, 1989, apud SEVERO, 2013, p.451)

Gonçalves (2009, p.210) na sua contribuição sobre política e planejamento linguístico, diz que Cooper (1989) define a política linguística dizendo que (...) “a política linguística diz respeito às metas estabelecidas a nível local ou governamental para a língua ou para as línguas existentes em uma sociedade ou em um determinado contexto”

Severo (2016, p.1322), no seu estudo sobre a Lusofonia, Colonialismo e Globalização, traz as ideias de outros estudiosos como Quijano (2002) e Santos (2005) sobre as características do contexto contemporâneo de globalização, e explica que “a Globalização é caracterizada por intensos fluxos migratórios de pessoas, objetos culturais, línguas e recursos simbólicos variados[.]” Sendo assim, é possível pensar a língua como uma das estratégias que caracterizam a Globalização, unificando culturas de diversos contextos.

Nesse sentido, grandes decisões históricas foram tomadas no sentido de unificar as nações de expressão portuguesa, criando aquilo que é denominado de “Lusofonia” como uma ação de relação de poderes que atuam sobre a vida de pessoas e a língua portuguesa, e seus usos no contexto da Lusofonia. Segundo Severo (2016), a lusofonia faz parte do processo de globalização vivido na modernidade. A autora discute que:

A globalização, como fruto da modernidade e das Grandes Descobertas, coloca em tela a ideia de uma relativa homogeneização que afetaria não apenas os mercados econômicos, mas os modos de compreensão e de subjetivação. Exemplos dessa tendência homogeneizante são os grandes blocos políticos e econômicos que se constituíram no contexto colonial, como a anglofonia, a francofonia, a hispanofonia e a lusofonia. Tais blocos podem ser tomados como formas de expressão da globalização e sinalizam para diferentes percursos coloniais que compartilharam modos de apropriação, submissão e controle de povos, terras e culturas geopoliticamente localizados nos continentes americano, africano e asiático. Trata-se de gestos de apreensão do Outro mediante um regime de poder complexo calcado na exploração, dominação e gestão econômica, política, cultural e religiosa. (SEVERO, 2016, p.1322).

Se refletirmos sobre a questão da globalização, podemos chegar à conclusão de que ela não favorece economicamente e culturalmente os países “fracos”, de modo que a cultura de povos africanos, por exemplo, sofre grande apagamento. O uso de línguas locais é desvalorizado ainda que elas são faladas em todo momento. Os próprios africanos usam a globalização como “um tubarão com boca aberta para engolir os peixes de menor tamanho.” O escritor Eduardo Lourenço, conforme explica Severo (2016, p.1322) diz que “O termo *lusofonia*, apesar de ser formado pelo prefixo *luso-*, referente ao universo português, tem sido alvo de ampla resignificação e debate, em busca de uma visão mais alargada e heterogênea, [...]”

A política linguística, sendo uma área de estudo que busca entender as relações de poder em torno das línguas, também estuda a “lusofonia” como uma forma de criar poderes entre os indivíduos chamados lusófonos. Cabe aos Estados decidirem uma política linguística que sejam mais eficaz para seus povos e isso envolve adotar uma determinada língua como língua oficial, organizando as políticas linguísticas oficiais de cada Estado.

A Guiné-Bissau, por exemplo, é um país onde existem várias línguas étnicas, porém o Estado guineense coloca essas línguas à margem das políticas oficiais, assim como o faz com o crioulo guineense, adotando o português como única língua oficial. Todas as línguas étnicas guineenses, inclusive o crioulo, são de uso diário, e poderia haver uma forma que permitisse

sua inclusão mais adequada nas políticas linguísticas da Guiné-Bissau. Da mesma forma que o português guineense precisa de políticas oficiais para ser entendido, valorizado e evoluído de forma independente, tal como acontece em outras nações e suas variedades de língua portuguesa.

Segundo os estudos de Timbane (2016, p.3), “[...] A vida das palavras de uma língua depende da forma como os usuários as usam no decurso do tempo. Por isso há palavras que aparecem e desaparecem em algum momento. Outras desaparecem e aparecem ao longo do tempo.” Sendo assim, as variações e mudanças linguísticas aparecem com o passar do tempo, as mudanças regionais, a diferença entre os falantes, dentre outros fatores sociais. Isso é o que comprova que a língua não está parada mas, está em constante evolução, ela acompanha a evolução social. O escritor português José Saramago, conforme explica Timbane (2016, p.4), diz que “não há uma língua portuguesa, há línguas em português Essa afirmação poderia ser questionada da seguinte forma: será que pode se considerar o português como um tronco do qual cada variedade se ramifica?

Dito isso, algumas reflexões são possíveis de serem feitas. Será que uma variante é uma língua como acontece na África? Na Guiné-Bissau, as línguas *manjaca*, *djola*, *mancanha* e *papel* se entendem, mas são consideradas línguas diferentes e não variantes de uma língua. Será que o português não pode ser considerado como uma língua que contém diferentes formas de falar, ou seja, o português não poderia manifestar-se de maneiras diferentes? De uma maneira guineense, por exemplo?

Timbane (2016) também chama a atenção para o importante papel que a cultura dos povos exerce sobre sua(s) língua(s). Em todo lugar do mundo onde foi levado o português ele sofre influência de culturas locais. Podemos aceitar, conforme o autor sugere, que a cultura como um eixo codifica a compreensão entre os interlocutores, a cultura desempenha a função magna e não microfunção, então a sua intervenção numa sociedade é extremamente importante e deve ser levada em consideração.

O colonialismo coloca diferentes culturas em contato, porém de forma desigual, na qual a cultura do colonizador se impõe à cultura do colonizado. O processo de contatos culturais, ou aculturação, não ocorre pacificamente, conforme aponta Mariani (2013), e a cultura imposta é tratada como superior ou “pura”. Com relação a isso, Timbane (2016, p.6) explica que “Nas situações de aculturação, não se pode falar em culturas “puras”, ou unicamente “doadoras” ou “receptoras”, pois nenhuma cultura existe em ‘estado puro’, sem ter sofrido

influências ou interferências ao longo de sua evolução.” Importante destacar que a lógica do colonialismo produz políticas linguísticas coloniais que reforçam a ideia de “pureza e superioridade” da cultura e da língua dominante.

Com base nesse pressuposto, vimos que persiste na Guiné-Bissau, como consequência do pensamento colonial, o pensamento de que existem culturas mais puras, como a cultura europeia representando a cultura de civilização. Eu afirmo isso com base na ideia de que “línguas europeias são as mais importantes e ricas no mundo” e é através dessa concepção que nem sempre consideramos aquilo que é nosso. Hoje em África é difícil encontrar políticas linguísticas de Estado em que as línguas africanas são estabelecidas como línguas oficiais ou línguas de instrução porque são consideradas menos importantes que as línguas dos colonizadores. Vale lembrar que, segundo Timbane (2016, p.6) “ao ensinar língua estamos também a ensinar diferentes modos de ancoragem cultural, diferentes modos de ser e de estar no mundo.”

A escolha de uma determinada língua como língua oficial, por exemplo, tem a ver com as grandes decisões políticas de um Estado. É, portanto, uma forma de realização de políticas linguísticas oficiais. Cabo-Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Brasil e Timor-Leste adotaram a língua portuguesa como língua oficial através de decisões tomadas pelos políticos e pela elite intelectual de cada país, configurando uma política linguística institucional, de Estado ou, usando o termo de Calvet (2007), uma política “in vitro”.

De acordo com Calvet (2007, p.70), a gestão “in vitro” é a gestão que intervém sobre as práticas linguísticas sociais, determinando um padrão a ser respeitado e seguido por todos falantes. A sociedade aceita relativamente essa política, mas não nos discursos extraoficiais, configurando formas de resistência linguística.

Ainda segundo Calvet (2007) há outro tipo de gestão linguística que ele chama de gestão “in vivo”, a qual, conforme o autor, “procede das práticas sociais”. O autor explica que a gestão “in vivo”

[...] refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente. Essa gestão resulta em “línguas aproximativas” (os pidgins), ou ainda em línguas veiculadas que são “criadas” (como o munukutuba, no Kongo) ou “promovidas”, isto é, uma língua já existente que tem suas funções ampliadas (como o bambara no Mali, o wolof no Senegal ou o inglês no mundo). [...] (CALVET, 2007, p.69)

Na gestão “in vivo”, não há a intervenção direta do poder estatal nem do planejamento oficial. Ela é sustentada pelas pessoas da comunidade, ou seja, é a comunidade que decide uma forma linguística que lhe favoreça as relações e necessidades interpessoais. A “evolução” ou variação das línguas não dependem exclusivamente do poder estatal nem do planejamento oficial, mas sim acontece através das mudanças sociais dos falantes de uma língua, suas necessidades e interesses, ou seja, da gestão “in vivo”. É, como defende Calvet, a liberdade que a sociedade tem de escolher uma forma linguística mais adequada para ser utilizada entre os falantes da comunidade.

Na Guiné-Bissau percebemos que a gestão “in vitro” procura implementar a língua portuguesa através das práticas administrativas e do sistema de ensino. Por outro lado, a gestão “in vivo” reforça a presença e a importância do crioulo guineense para o povo do país, assim como, em contextos específicos, mantém práticas em línguas étnicas. Entretanto, as ações “in vitro” realizadas desde o período colonial, contribuem para ações “in vivo” que criam desprezo, desvalorização e preconceito para com o uso das línguas guineenses, valorizando mais a língua portuguesa.

## **1.2. O português como língua oficial na Guiné-Bissau**

É comum ouvir dizer que o português é a língua oficial da Guiné-Bissau. De acordo com a Enciclopédia das Línguas no Brasil (s/d)

A língua oficial é a língua que é tomada como única num Estado (País). Ou seja, é a língua que todos os habitantes do País precisam saber, que todos precisam usar em todas as ações oficiais, ou seja nas suas relações com as instituições do Estado. A língua oficial é também a língua nacional. Ou seja, não é possível que uma língua seja a língua oficial de um País sem ser também sua língua nacional. Isto mostra a relação forte estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de Nação. (...) A língua oficial de um País tem um aspecto muito importante. Ela é parte do que caracteriza a identidade de um povo e de sua nação. A identidade brasileira, a nacionalidade brasileira, é constituída por um conjunto de elementos, e entre eles um dos principais é o fato de que falamos uma língua tomada como elemento de nossa identidade.

No entanto, de acordo com o que foi dito acima, há diversas questões que precisam ser pensadas quando se fala da Guiné-Bissau e que vamos fazer no decorrer deste trabalho. Por agora, destacamos que o português foi adotado como língua oficial da Guiné-Bissau, ainda que não esteja estabelecido em legislação específica, como a Constituição da República da Guiné-Bissau. Não há uma lei que o legitima como língua oficial do país, tal como acontece em

Angola, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e em Moçambique. Dessa forma o português na Guiné-Bissau ainda não é legalmente oficial.

Tomando por base o artigo 17º da Constituição da República da Guiné-Bissau está bem claro o papel do Estado no que diz a respeito à promoção da cultura da guineense. Diz o artigo:

1- É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacional e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana.

Sendo assim, o Estado guineense tem um papel muito fundamental no resgate da identidade guineense e, por isso, deve se preocupar com as línguas que os guineenses se sentem mais à vontade de expressar os seus sentimentos, com a língua com que mais se identificam. Questionamos então, qual é a importância do português para um guineense ou para um português que se encontra na Guiné-Bissau, se quando um guineense se comunica com um português em língua portuguesa, eles não se entendem? Será que o português tem importância absoluta para um guineense, se este não saber falar uma língua além do crioulo ou outra língua étnica do país? É importante e urgente refletirmos sobre o futuro das línguas étnicas na Guiné-Bissau e o português e as línguas locais precisam ter uma intimidade harmônica, no sentido de que todas elas se desenvolvam lado a lado, uma das outras, sem que uma seja perigo à outra.

A presença dos colonizadores na Guiné-Bissau não foi uma prática boa e os guineenses aprenderam a língua portuguesa no sentido de liquidar as outras locais. Apesar de os portugueses serem rejeitados e expulsos da Guiné-Bissau, mas a língua portuguesa continuou ali. Mesmo que o português seja um idioma tão difícil de ser aceite pela maioria, como língua dos guineenses, mas a sua prática como língua oficial continua. O idioma português sofreu algumas influências culturais e linguísticas de outras línguas nacionais, o que indica que o português, na Guiné-Bissau, pode ser considerado como uma língua de carácter guineense. Assim, a ideia que a maioria dos guineenses ainda têm sobre o português falado na Guiné-Bissau, dizendo que isso é português de Portugal, não pode ser considerado dessa forma, porque ele já sofreu algumas influências das línguas locais da Guiné-Bissau. Por conta dessa ideia, o português é visto como uma língua de prestígio, de valor, que retrata a civilização e a intelectualidade.

O português é considerado como língua oficial do país, muito antes da independência guineense. Amílcar Lopes Cabral bem dizia que “a maior riqueza que cada guineense deve aproveitar dos portugueses, era a própria língua. Isto porque a língua portuguesa é a nossa língua oficial, língua internacional, de trabalho, de estudo e é a língua que deu a origem ao crioulo, nossa língua nacional.” (CABRAL, 1976, p.214). Essa afirmação não colocaria práticas linguísticas das línguas étnicas em causa. Ao prestarmos mais atenção ao que Cabral pensava para o bem social guineense, veremos que o líder político motivou os guineenses num momento específico de sua história para aproveitar dos portugueses a língua portuguesa enquanto uma língua que unia as partes em conflitos, mas sua teoria não desvalorizava as práticas de línguas nacionais da Guiné-Bissau, como ela tem sido interpretada. Agora, o problema talvez esteja na forma como essa ideia deveria ser usada no contexto atual para o bem de todos os guineenses.

No que se trata da oficialização do português como língua oficial da Guiné-Bissau, pode-se afirmar que isso não passa de uma herança colonial que os portugueses deixaram aos guineenses. A língua portuguesa além de ser uma língua de ensino, no período colonial, ela também era uma língua de prestígio, por meio da qual um guineense adquiria um certo nível de respeito nessa sociedade. Sendo assim, a mesma ideologia tem manifestada até os tempos atuais, de forma que isso segrega classes sociais guineenses. O uso do português no processo colonial está vinculado com a ideia hegemônica de dominação da colônia e seus povos, não sendo usada pela vontade espontânea do próprio povo local, foi uma questão de poder que provocava desprezo total das culturas locais.

Na questão de “civilização” colonial, a língua portuguesa era um dos fatores que possibilitava a um guineense a alcançar algum *status* social naquela época. Sendo assim, o povo considerado pelo governo colonial como “indígena” se preocupava mais em saber falar português, porque era induzido a isto. Como se pode ver no trecho abaixo o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Ultramar da Guiné, Angola e Moçambique” (Decreto-Lei n.º39.666, de 20 de Maio de 1954) que declara a importância da língua portuguesa para essa categoria de indivíduos, conformem mostram os artigos reproduzidos a seguir:

Artigo 1. Gozam de estatuto especial, de harmonia com a Constituição Política, a Lei Orgânica do Ultramar e o presente diploma, **indígenas das províncias da Guiné, Angola e Moçambique.**

§ Único. O estatuto do indígena português é pessoal, devendo ser respeitado em qualquer parte do território português onde se ache o indivíduo que dele goze.

Art. 2. Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de **raça negra ou seus descendentes** que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, **não possuam ainda a ilustração e hábitos individuais**

**e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.** (Estatuto dos indígenas portugueses das províncias de Ultramar da Guiné, Angola e Moçambique”. (Direito-Lei n.º 39.666 de 20 de Maio de 1954 P.4)

**Art. 56.º** pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente aos requisitos seguintes:

- a) Ter mais de 18 anos;
  - b) Falar correctamente a língua portuguesa;**
  - c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficiente para o mesmo fim;
  - d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
  - e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor.
- (grifos meus)

A esposa e os filhos de um assimilado eram isentados de muitas regras, ou seja eles adquiriam a assimilação através do marido e do pai. Notemos bem que foi por essa exigência e da luta por querer ser “um português” que os guineenses adquiriram uma ideia negativa quanto à sua cultura e, hoje, não dão valor às suas línguas étnicas e ao crioulo. Os portugueses implementaram uma política e essa política foi assimilada pelas mentalidades dos guineenses à época.

Durante a permanência dos colonizadores portugueses na Guiné-Bissau, eles preocupavam-se apenas em ensinar o português aos guineenses e não se importavam em criar, por exemplo, uma grafia de língua crioula, uma vez que o objetivo do colonialismo consistia em acabar com tudo o que era relativo aos guineenses, valorizando apenas o que vinha de Portugal. Desde o início da colonização na Guiné-Bissau até os nossos dias, a cultura guineense tem sido desrespeitada, não apenas pelos colonizadores mas também pelos próprios guineenses. Segundo Couto. (1989, p. 107) no seu estudo sobre a língua crioula guineense em relação ao português, explica que:

Quando se pergunta guineense sobre a realidade linguística de seu país, em geral a resposta vem pronta: "Na Guiné-Bissau, temos o crioulo, que é a língua nacional, o português, que é a língua oficial, e as línguas nativas, que são faladas pelas diversas etnias". Diante desta resposta poderíamos sair com a falsa impressão de que os domínios do crioulo, do português e das línguas nativas estão claramente delimitados. Nada, porém, mais longe da verdade. Trata-se apenas de um lugar comum que se ouve frequentemente na rua e até entre intelectuais[...]

Couto (1989, p.109) ainda explica que “[...] a língua corrente nas cidades é o crioulo, mesmo entre as pessoas cultas e as da administração em geral.” Couto, no seu trabalho, diz que o seu informante, Domingos, falou que “*Criol i lingua ki tudu ginti ta papia na Guine*” (o crioulo é língua que todos falam na Guine). Segundo o autor, o português é apenas a língua “de trabalho”, para redação de documentos, para relacionamento com estrangeiros, etc. Couto também diz que passou “[...] alguns dias na redação do *No Pintcha* e pude verificar que todos os empregados falam exclusivamente crioulo entre si, embora o jornal seja todo escrito em português. O mesmo se passa em outras instituições, como o Banco da Guiné-Bissau, os correios, a sede do PAIGC, etc.” Hoje em dia, nas redes sociais, os guineenses se comunicam em crioulo mesmo entre pessoas que sabem falar português, eles amam a língua crioula e isso é uma forma de resistir ao colonialismo.

Diante dessas informações, é possível dizer que o português na Guiné-Bissau não ocupa igual espaço de uso linguístico que o crioulo. Porém é dado prestígio ao português por ser uma língua de colonizador e de caracterizar uma “civilização”. Mas isso não implica dizer que ele assume o papel de língua de cultura e nem da identidade na Guiné-Bissau, pois o povo guineense comunica-se sem o uso da língua portuguesa sem problema algum.

Dessa forma, a consideração da língua portuguesa enquanto língua oficial na Guiné-Bissau é uma mera imaginação que tem afetado bastante as práticas linguísticas do país, porque ela passa a ser uma língua de prestígio, língua de intelectuais e, assim, ela constitui um grande problema para as outras línguas locais, uma vez que a maioria dos guineenses não se sentem à vontade de expressar os seus sentimentos na sua própria língua étnica. Uma pessoa ao falar uma língua étnica, em um momento de muita mistura étnica, ela sofre *bullying*, pela simples razão de ela falar a sua língua étnica. Diante dessa realidade que se vive na sociedade guineense, a prática da língua portuguesa virou um grande problema pela evolução de línguas étnicas na Guiné-Bissau. Graças aos mais velhos e analfabetos as línguas locais ou étnicas são ainda conservadas e valorizadas.

Com a evolução do ensino guineense e a descida de número de analfabetismo no país, o abandono das práticas de línguas guineenses vem aumentando. No entanto, o ensino de língua portuguesa, além de precário, sofre resistências quanto ao seu uso. Hoje, a língua oficial é o português, na perspectiva do Estado guineense, mas, na visão do povo da Guiné-Bissau, é o crioulo. Quanto às demais línguas étnicas, pela falta de valorização produzida através de planos e discursos, dá para perceber que, no futuro, os falantes dessas línguas serão contados pelos dedos.

### 1.3. As práticas linguísticas oficiais e não oficiais

Nesta seção vou explicar como acontecem as práticas linguísticas do cotidiano guineense. Será discutido a forma como a língua oficial e as demais línguas não oficiais se relacionam entre si. Na Guiné-Bissau, apesar de ser um país multilíngue, o uso de algumas línguas é um grande problema para a maioria da população. Essa prática que pretendo discutir também nesta seção.

Na Guiné-Bissau muitas línguas vivas aparecem em diversos contextos nacionais. Refiro-me aqui às línguas que são faladas com muita frequência, dentro da capital do país, Bissau, assim como nos diversos sectores. Com relação às práticas linguísticas não oficiais, o português e o crioulo são as línguas mais utilizadas no âmbito da sociedade guineense, sendo, o crioulo, mais falado pelos jovens. Nas *tabancas* (aldeias), o crioulo se fala quando as pessoas que estão a falar são de etnias diferentes, logo o crioulo serve para mediar a comunicação entre eles. Quando os falantes são da mesma etnia, não usam o crioulo na comunicação, muito menos o português, apesar de ser esta a língua oficial. Nas ruas da capital do país, Bissau, as pessoas falam crioulo o dia todo, porque se sentem mais à vontade em expressar os seus sentimentos nesta língua.

Para a maioria dos guineenses, o crioulo é uma língua por meio da qual eles se inspiram. Um guineense, para explicar o seu sentimento com total clareza, o explica em crioulo. Poucas pessoas sabem explicar as notícias que passam nas rádios e na televisão em português, só conseguindo entendê-las quando passam em crioulo. Todo esse fator nos faz concluir que as práticas das línguas oficiais e não oficiais tem uma diferença muito grande pois o uso do português para um guineense fica no segundo plano. Como explica Embalo (2008, p.102), “[...] o português não é a língua de comunicação nacional, na medida em que apenas cerca de 13% dos guineenses a falam, incluindo os que a têm como língua segunda, terceira ou até mesmo quarta para a maior parte dos guineenses.”

Com base nos fatos aqui apresentados por Embalo, podemos ver que a maioria dos guineenses fala o crioulo e apenas uma minoria fala português. Nos ambientes oficiais a situação não é muito diferente. Nos serviços públicos, nas instituições, só se fala o crioulo, e não o português, mesmo sendo esta a “língua oficial”. Portanto podemos considerar o português como a língua de documentos oficiais e não da oralidade.

O crioulo é falado na assembleia legislativa para discutir assuntos políticos, mas as deliberações são registradas em português, tudo o que tem a ver com a oralidade é discutido pelo crioulo. Nas escolas livros didáticos são escritos em português mas as explicações são

feitas em crioulo, ou podemos admitir Guiné-Bissau tem duas línguas oficiais, em que o português fica para os documentos e o crioulo para a oralidade.

Se olharmos para as práticas administrativas habituais na Guiné-Bissau, por exemplo, na maioria das tomadas de decisões oficiais, o assunto em destaque se debate em crioulo mas, já para produzir uma deliberação, é utilizado o português. É também o que acontece em reuniões escolares e institucionais. Ainda na Assembleia Nacional popular, o presidente da assembleia se pronuncia em português, mas isso não implica que todos os deputados seguem a mesma linha. Na Assembleia Nacional Popular, os deputados discutem em crioulo, mas as atas são produzidas em português, é muito comum ouvir as pessoas dizerem que “se quiserem que a sessão termine cedo ou que haja menor número de intervenientes, então usem o português em debate.” Diante disso podemos perceber que maioria dos deputados não sabem falar a língua portuguesa, ainda que ela seja língua oficial do país.

Geralmente, o crioulo ocupa a parte da oralidade e o português ocupa a parte da escrita. Nas placas e letreiros comerciais presentes nas cidades vê-se a escrita em português, como se pode ver na Figura 1. Está escrito ali “Mercado Central”, mas em pouquíssimos casos de oralidade, é que se ouve dizer “Mercado Central”. O mais frequente sempre é *Fera di prasa*. No caso do Mercado de Bandim, se ouve *Fera di Bandim*.



Figura 1 - Mercado Central de Bissau. Fonte: Google Imagens.

As línguas étnicas na Guiné-Bissau, são línguas do dia a dia do povo, mas sempre o crioulo é a mais falada, no mercado de Bandim os vendedores de roupas chamam os clientes assim: *no bai na fuka, panti bu ganha passa bu pirdi* (venham comprar roupas usadas, ganha quem vier, perdi quem passar). Já os clientes perguntam por preço: *es camisa i kantu? Es kalsa i kantu?* (Quanto custa esta camisa? Quanto custa esta calça?)

É possível afirmar que, partindo desses dados, os guineenses têm pouca necessidade de ter o português como “língua oficial”. Não há um uso frequente da língua portuguesa na Guiné-Bissau como acontece em alguns países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Outro aspecto importante de abordar é a questão de como o crioulo é entendido conceitualmente por muitos guineenses. Há uma ideia de que “o crioulo é português mal falado”, como salientam o Ruge (1988, p.5) e Scantaburlo (1981, p.9), citados por Couto (1989, p.107). Fica, portanto a reflexão necessária: será que existe uma língua no mundo que dependa da outra para ser considerada uma língua?

Ainda seguindo esse olhar crítico, Couto relata que:

[...]Um dirigente do primeiro escalão do governo me disse textualmente o seguinte: "O crioulo não é uma língua. Ele não tem uma gramática, não tem um dicionário, nem uma escrita. Apenas o meio de comunicação de grande parte dos guineenses [...]". (COUTO, 1989, p.107)

O autor (1989, p.109) relata ainda: “Certa feita eu telefonei para um ministério e perguntei: "O s.r. L. F. está?". A resposta foi: "*I ka tchiga inda*" (ele ainda não chegou), [...]” Diante desse diálogo telefônico de Couto com um funcionário de um ministério da Guiné-Bissau é possível perceber que o português de fato não é uma língua do dia a dia dos guineenses de modo que apenas poucos o falam. Em outro trecho de Couto (1989 p.109) vemos o seguinte:

Enquanto esperava por uma audiência com um secretário de estado, ouvi de um funcionário da recepção: "Dizer 'n ka sibi" é muito mais fácil do que 'eu não sei!". Quando já estava dentro do único avião que o país possui (Fokker) ouvi de uma administradora do aeroporto as seguintes frases: "I ta fitcha!" (Ela está fechada: a porta), "Lina, bin fitcha cusa li!" (Lina, vem fechar isto aqui!).

A partir desse diálogo, questionamos: “Em que momento exato se fala o português nas instituições guineenses? Com quem se deve falar português?” Vimos um exemplo bem prático nesse diálogo, que nos permite afirmar que o crioulo é a língua da oralidade e do dia-dia dos guineenses. Um funcionário público a responder perguntas feitas em português, usando o crioulo, não é algo novo, o diálogo acima nos permite concluir que o crioulo é uma língua por meio da qual um guineense se sente mais vontade de expressar-se, de explicar com clareza as suas ideias e passar informações.

Um outro exemplo que trago para esta discussão é um poema da escritora guineense Odete Semedo, antiga ministra da Educação da Guiné-Bissau, intitulado por “*na kal lingu ku na skirbi nel?*” (Em que língua eu escrevo). Podemos ver que esse questionamento poderia

provocar um debate em torno da questão da política linguística na Guiné-Bissau, percebendo que, até agora, nenhuma resposta foi dada no sentido de avaliar o ensino de língua portuguesa no sistema do ensino guineense. Abaixo segue o texto poético:

**Em que língua escrever**

Odete Semedo (1996, p.11)

Em que língua escrever as declarações de amor?  
 Em que língua cantar as histórias que ouvi contar?  
 Em que língua escrever  
 Contando os feitos das mulheres  
 E dos homens do meu chão?  
 Como falar dos velhos  
 Das passadas e antigas?  
 Falarei em crioulo?  
 Mas que sinais deixar aos netos deste século?  
 Ou terei de falar nesta língua lusa  
 E eu sem arte nem musa  
 Mas assim terei palavras para deixar  
 Aos herdeiros do nosso século  
 Em crioulo gritarei a minha mensagem  
 Que de boca em boca fará a sua viagem  
 Deixarei o recado num pergaminho  
 Nesta língua lusa que mal entendo  
 Ou terei de falar nesta língua lusa  
 E eu sem arte nem musa  
 Mas assim terei palavras para deixar  
 Aos herdeiros do nosso século  
 Em crioulo gritarei a minha mensagem  
 Que de boca em boca fará a sua viagem  
 Deixarei o recado num pergaminho  
 Nesta língua lusa que mal entendo  
 E ao longo dos séculos  
 No caminho da vida  
 Os netos e herdeiros saberão quem fomos

**Na kal lingu ku na skribi**

Na kal lingu ku na skribi nel ña diklarason di amor?  
 Na kal lingu ku n'na kanta storias ku n'kontadu?  
 Nkal lingu ku na skribi nel pa nkonta balur di minjeris ku di omis di ña con?  
 Kuma ku n'na papia di omis garandi di pasada ku kantiga?  
 N'na konta na kriolo?  
 Ma kal sinal ku n'na disa netus di es sekulu?  
 O na n'tem ku konta nes lingu lusu ami nin arti nin musa ma asin n'na tene palavra pa disa pa erderus di no seklu  
 Na kriolu ku n'na grita ña mensajen  
 Di boka pa boka pa i ciga nunde ki na bai  
 N'na disa rekadu na um pergamiñu na es lingu lusu ku nta ntindi mal  
 O n'na tem ku konta nes lingu lusu  
 Ami sin arti nin musa

Ma asin n'na tene palavra pa disa pa yardadur di no sekulu  
 N'na grita na kriolu ña mensajen  
 Ki di boka pa boka i na ciga si distinu  
 N'na disa rekadu na um pergamiñu nes lingu lusu  
 Ku nta ntindi mal ku na sekulus na kamiñu di bida  
 Netus yardadur na bin sibi ba kin ku no sedu ba

Neste poema, Semedo, discute a questão de uso do português e das línguas étnicas, que são marco da multiplicidade linguística na Guiné-Bissau. Quando ela disse “em que língua escrever as minhas declarações de amor?”, mostra que na Guiné-Bissau, além deste país ser multilíngue, há o uso ativo de várias línguas locais que são usadas para expressar emoções. Ela traz, em particular, a questão do uso do português e do crioulo, “Falarei em crioulo? Mas que sinais deixar aos netos deste século? Ou terei de falar Nesta língua lusa”. A autora chama o português de “língua Lusa”, querendo mostrar o quanto o português é uma língua que de certo modo não representa o povo guineense. “Deixarei o recado Num pergaminho Nesta língua lusa Que mal entendo.”

Ainda, a autora ao dizer “Mas assim terei palavras para deixar Aos herdeiros do nosso século Em crioulo gritarei a minha mensagem Que de boca em boca fará a sua viagem”, ela traz a questão da oralidade, que muitas histórias e saberes são contados de boca em boca, de geração para geração, sendo assim, a tradição oral ainda continua viva e de muito valor. A vontade de falar crioulo para um guineense é um aspecto muito fundamental na comunicação de seu povo. O crioulo, desde que ele surgiu, é uma língua que mais está presente na vida dos guineenses.

Certa vez, em 2012, numa conferência com a imprensa, um chefe militar guineense fez uma declaração veiculada pela Rádio Difusão Nacional (RDN), e iniciou o seu discurso em português, porque o seu discurso estava escrito em português. Após terminar a leitura, ele mudou da língua portuguesa para o crioulo, avisando que as informações a seguir seriam ditas em crioulo para melhor compreensão “*es li, no na leil na kriolo, pa no pudi itindil diritu*”. (Tradução: Essa parte vamos lê-la em crioulo para melhor compreensão) Segundo ele, o português não era suficiente para que todos entendessem.

O maior descuido dos líderes africanos é de não terem libertado a mente africana. Eles libertaram o continente, mas a mente continua presa. Expulsaram os colonizadores, mas não os expulsaram da mente dos colonizados. Por isso, o ensino e a cultura local devem dialogar um com o outro no sentido de se fortalecerem para evitar o apagamento da identidade africana, e descolonizar as mentes. O pensamento colonial é um fator fundamental que afeta negativamente o ensino na Guiné-Bissau. Para lutar contra isso é preciso valorizar a identidade dos guineenses.

#### 1.4. O crioulo guineense como fator de identidade e cultura

O crioulo é um fator fundamental na cultura guineense, mas as línguas europeias estão tentando tirar o seu valor, colocando em segundo plano a cultura guineense. Grande parte dos alunos guineenses só fala português nas escolas, ou seja, dentro de sala de aulas, com professor ou colegas, sobretudo na capital do país. Mas no interior, a maior parte das aulas é administrada em crioulo, porque alguns professores dizem que isso é para facilitar a compreensão. Logo o aluno é obrigado a aprender e falar o português na sala de aulas, entretanto o crioulo, de alguma forma, está ali presente no ambiente escolar. Nesse sentido, conforme complementa Embalo,

Perante este panorama pode-se dizer que o crioulo guineense está-se a tornar numa língua de cultura porquanto a ele recorrerem os poetas, contistas e músicos para traduzirem o seu mais profundo sentir e restituírem ao ‘produto cultural’ a sua verdadeira identidade. (EMBALO 2008 P.105):

Tomando por base este pressuposto de Embalo, o crioulo está ativamente na cultura guineense, logo pode se considerar como a língua de cultura desde que ela é influenciada pela cultura local. Isso não significa dizer que o português guineense não é uma língua por meio da qual as poesias são escritas. O português contribuiu muito na formação do crioulo, vários léxicos portugueses estão frequentes no dia a dia do crioulo, independentemente de forma como a maioria de jovens formam frases de maneira portuguesada. Porém, como vimos antes, o uso do português dentro da Guiné-Bissau é muito pouco e não representa nenhum guineense onde quer que ele esteja. Nesse sentido, nos fica claro que o português de fato tem menor importância para um guineense, enquanto o crioulo representa qualquer que seja guineense.

Uma vez eu viajava para Gambia, um pequeno país localizado na costa da África ocidental, um policial de migração e fronteiras da Gambia, quando pegou o meu bilhete de identidade e viu que era guineense, ele me cumprimentou em crioulo dizendo *botardi* (Boa Tarde). Isso porque, por todos os lados, a língua crioula representa qualquer guineense. Poderíamos perguntar “Por que que ele não se interessou em me cumprimentar em português, a língua oficial?” E a resposta seria: “porque ele foi bem ciente de que a língua dos guineenses é o crioulo, e o crioulo é fator fundamental da identidade de cada guineense, é um orgulho de tê-lo como língua nacional.”

O crioulo se desenvolveu sem uma grafia organizada oficialmente, por ser uma língua de tradição oral, contudo sobrevive na dimensão escrita do povo guineense. Embalo (2008, p.103) explica que:

O kriol desenvolveu-se fundamentalmente nos centros urbanos. A partir dos anos vinte do século XX ele começou a ser estigmatizado e a sua utilização acabou por ser interdita pelas autoridades coloniais, o mesmo acontecendo com as línguas das comunidades etnolinguísticas. O kriol passou a ser visto como uma língua de “não civilizados”. “[...]Outro aspecto que dificulta a promoção do idioma nacional como língua de ensino é o facto de ele permanecer uma língua sem escrita regulamentada, apesar da existência de uma proposta para unificação da sua ortografia feita pelo Ministério da educação guineense em 1987. [...]

Embalo, ao explicar o motivo que fez com que a língua crioula não conseguisse avançar, aponta a falta da grafia própria como um dos aspectos fundamentais. Conclui-se que o uso do português como língua oficial é, portanto, uma simples questão de políticas linguísticas de um Estado, e não pela necessidade do próprio povo. Na Guiné-Bissau um falante do português é visto como pessoa inteligente e civilizada e o português tornou-se como uma língua segregadora, de modo que hoje existe um distanciamento entre classes sociais guineenses por conta de questões linguísticas. A proposta de grafia do crioulo, que até data de hoje não está sendo aplicada, tem a ver com a falta de políticas linguísticas oficiais da Guiné-Bissau para a valorização desta língua com a qual os guineenses mais se identificam. Destaca-se também que a promoção da língua crioula em sua forma escrita consiste em um problema maior, como explica Embalo

[...] a ortografia e a fonética são com base no alfabeto latino, mas recorrendo a empréstimos do alfabeto internacional para expressar sons do crioulo que não existem na língua portuguesa. A inexistência de uma regulamentação faz com que cada um escreva o crioulo à sua maneira, o mesmo vocábulo aparecendo com diferentes grafias. Este facto é também apontado como um freio ao desenvolvimento da literatura em língua guineense. (EMBALO, 2008, p.103-104)

Ao dizer isso, Embalo nos traz a preocupação de que na falta de políticas que busquem valorizar a língua crioula na sociedade guineense, poderia se valorizar sua característica de língua oral dentro do sistema de ensino, não havendo, talvez, uma necessidade maior de que haja uma escrita dessa língua. Pode-se pensar, ainda, numa regulamentação dessa escrita, tornando o crioulo guineense uma língua com grafia própria regulamentada.

A identidade de um guineense se resume na língua crioula, de um modo geral, mas também nas demais línguas étnicas do povo guineense. Portanto, o crioulo guineense é uma língua por meio da qual nós podemos apontar dedo a um guineense ao ouvi-lo a falar. Um guineense expressa o seu sentimento por meio do crioulo e o português, hoje, está sendo entendido como a língua de intelectuais, só pelo fato de saber falá-lo, aquele que sabe falar português está mais próximo dos portugueses.

No grupo das expressões populares, estão as canções que são mais comuns na vida dos guineenses e que, em sua maioria, são cantadas em crioulo. Diante dessa realidade, conforme afirma Embalo, “[...] pode-se dizer que o crioulo guineense está-se a tornar numa língua de cultura porquanto a ele recorrerem os poetas, contistas e músicos para traduzirem o seu mais profundo sentir e restituírem ao ‘produto cultural’ a sua verdadeira identidade.” (EMBALO, 2008, p.105). Se o crioulo está ativamente na cultura guineense, não há motivo de negar o crioulo como a língua por meio da qual um guineense torna o seu sentimento público. Ainda que, por direito, o português seja língua oficial, os cantores não recorrem a ele para interpretarem as suas músicas. E no crioulo, influenciado pela cultura das etnias locais, e pelo português, que as composições são criadas e as emoções são expostas.

Destaca-se também que muitos cantores guineenses de hoje acham que para ganhar público internacionalmente é preciso cantar em língua estrangeira, sobretudo em inglês. Mas é difícil ouvir músicas guineenses nessas línguas, sendo, as preferidas, sempre cantadas em crioulo. Há Grupos de *manjuandadis* (grupo de pessoas da mesma faixa etária) que cantam músicas *Tina* (estilo rítmico musical especificamente da Guiné-Bissau), todas elas são cantadas em crioulo. A questão de língua crioula ser língua da identidade dos guineenses poderia ser motivo de promovê-la para ganhar mais campo de uso no sentido de levar a cultura guineense além das fronteiras do país.

## CAPÍTULO II

### SOBRE O PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NA GUINÉ-BISSAU

Nesse capítulo, nossa preocupação principal é analisar o planejamento linguístico na Guiné-Bissau, tendo, portanto, o conceito de planejamento linguístico como elemento básico para esta análise. Os planejamentos linguísticos – de status, de corpus e de aquisição – são conceitos que serão explicados nesse capítulo e procuro, a partir deles, entender as suas aplicabilidades no contexto guineense. A partir desses três grandes planejamentos, procuramos entender como a Guiné-Bissau se organiza nesse sentido, tanto no campo político assim como no campo educacional.

#### 2.1. O que é planejamento linguístico?

O Planejamento linguístico anda de mãos dadas com as políticas linguísticas. Gonçalves (2009, p.210) traz a contribuição de Cooper (1989, p.45) sobre planejamento linguístico, que se refere aos processos de operacionalização de uma política linguística. Ainda Cooper (1989, p.29 apud GONÇALVES, 2009, p. 210), diz que Haugen foi o primeiro a utilizar o termo “planejamento linguístico”, em seu artigo de 1959, definindo este como “a atividade de preparar uma ortografia, gramática e dicionário para orientação de escritores e falantes em uma comunidade de fala não-homogênea”. Desse modo, o planejamento linguístico estaria voltado aos materiais didáticos e aos instrumentos que normatizam e estabelecem o que é uma língua e como ela funciona. Entretanto, planejamento linguístico vai dar execução ao objetivo de uma política linguística, podendo ir além de materiais, abrangendo organização do ensino de línguas, métodos, formação de professores, dentre muitas ações em favor de uma política linguística adotada.

Gonçalves (2009), com base em Romaine (2002, p.195), explica que “os vínculos frágeis entre política e planejamento linguísticos podem levar a ações ineficazes.” Ainda Gonçalves, nesse mesmo caminho, traz a contribuição de Zimmermann (1999, p.117-118) que explica que um planejamento linguístico adequado

Pode resultar que se realize uma política linguística direta com um enfoque explícito e sincero de respeito pelas línguas ameríndias, mas que se prossigam políticas econômicas que contradizem e invalidam o pleno desenvolvimento da política linguística. O respeito às línguas ameaçadas não se realiza somente com uma política linguística mas com uma política integral.

(ZIMMERMANN, 1999, p.117-118 *apud* GONÇALVES, 2009, p. 213)

Um planejamento linguístico, a favor de uma política linguística democrática, deve respeitar as demais línguas existentes em um contexto específico, não devendo excluir ou ameaçar outras línguas, porque nenhuma língua deve estar acima de outra. Sendo assim, os falantes de uma língua que se sentem violados devem de imediato tomar posição no sentido de resgatá-la e deve ser objetivo dos governos e das instituições, incluir a todas e todos em suas políticas públicas. As metas que se usa para implementação de planejamento linguístico devem respeitar os caminhos que permitem línguas minoritárias a existirem nos espaços sociais que seus falantes julgam mais pertinentes.

Gonçalves (2009, p.213) divide o planejamento linguístico em diferentes tipos, como meios que nos levam a atingir os objetivos traçados, porque ela acredita que os planejamentos linguísticos precisam considerar vários aspectos na sua elaboração, como: “[...]os tipos de planejamento, etapas de ‘pré-projetos’, formas de implementação de projetos etc.” Dessa forma, com base em Cooper (1989), Gonçalves (2009, p.214) apresenta três tipos de planejamento: 1) planejamento de status; 2) planejamento de aquisição e 3) planejamento de corpus. Já Severo (2013), adiciona o “planejamento de prestígio”, o “planejamento de usos” e a ideia de “planejamento discursivo”. Vamos nos dedicar a comentar um pouco esses planejamentos.

### 2.1.1 *Planejamento de Status*

Segundo Gonçalves (2009), o “planejamento de status” está relacionado ao aumento de usos de uma dada língua na comunidade, tanto em nível local, quanto nacional, podendo uma determinada língua ser estabelecida como “língua oficial”, “língua de instrução”, ou “língua de trabalho”, por exemplo. Severo (2013, p. 454) explica que o planejamento do status de uma língua refere-se às “designações e usos da língua pautadas por leis e decretos” e isso nos faz pensar nos usos de uma língua que são determinados pelo Estado nacional, pelas instituições públicas e privadas de qualquer tipo. Trata-se do estabelecimento de qual língua deve ser utilizada para um determinado fim.

### 2.1.2 Planejamento de Corpus

O “planejamento de corpus”, seguindo as ideias de Gonçalves (2009, p.214), relaciona-se diretamente com a própria materialidade linguística, envolvendo a criação de alfabetos ou projetos de reforma de sistemas de escrita, o que também diz respeito aos “[...]esforços para a ‘modernização da língua’ de modo a atender novas demandas da comunidade, como o desenvolvimento de neologismo ou de gêneros de comunicação.” Severo (2013) nos diz que esse planejamento linguístico envolve “a documentação e descrição do sistema linguístico” e refere-se às seguintes ações:

criação, reforma e padronização do sistema ortográfico; especificação de pronúncias, escolha da grafia, expansão vocabular e terminológica; alterações na estrutura gramatical; criação de registros simplificados para fins específicos; cultivo e valorização dos diferentes estilos e gêneros; produção de cartilhas, manuais e livros didáticos voltados para a alfabetização; tradução de obras variadas; produção de dicionários e gramáticas; produção de textos escritos vinculados a diferentes gêneros; e criação de órgãos especializados em questões linguísticas. (SEVERO, 2013, p.455-456)

Portanto, é o planejamento de corpus que define o que “significa” uma determinada língua, o que “é” essa língua e “como ela funciona”, estabelecendo uma série de regras que se prestam a normatizar seu uso. Em outras palavras, o planejamento de corpus contribui para a ideia de “certo” e “errado” em termos de usos linguísticos.

### 2.1.3 Planejamento de Aquisição

O “planejamento de aquisição” diz respeito à promoção da aprendizagem de uma língua e, de acordo com Gonçalves (2009, p.214), “esforços deliberados para promover a aprendizagem de uma língua e envolve a manutenção ou reorganização da língua por membros da comunidade.” Conforme a autora explica, esse tipo de planejamento linguístico consiste nas “[...]decisões sobre programas escolares de aprendizagem de línguas para crianças e ou para adultos da comunidade e suas famílias.” Portanto, a família e a escola são instituições básicas que promovem formas de aprendizagem linguística para todas e todos através das interações que promovem e de materiais didáticos utilizados como instrumentos desse processo.

#### 2.1.4. Outros planejamentos linguísticos

Severo (2013) chama a atenção também para três outros tipos de planejamento linguístico que são consequências imediatas dos planejamentos anteriormente apresentados: o planejamento de usos, o planejamento de prestígio e o planejamento discursivo das línguas. O “planejamento de usos”, segundo a autora, estaria relacionado com as políticas adotadas no sentido da divulgação de determinadas línguas, sua promoção e os usos das línguas em contextos determinados. O “planejamento de prestígio”, por sua vez, diz respeito a uma “avaliação”, formal ou informal, feita dos usos linguísticos e que acabasse por sugerir e/ou construir formas linguísticas para determinadas situações. Por fim, a autora apresenta, com base em Bianco (2004), o “planejamento discursivo” como sendo aquele “encarregado de lidar com o trabalho ideológico das instituições, mídia, discursos de autoridade, entre outros, na produção e circulação de crenças sobre as línguas, o que afeta diretamente os usos linguísticos.” Entretanto a autora sugere uma proximidade entre o planejamento discursivo e o planejamento de prestígio que, em sua avaliação, não foi bem esclarecida pelo autor. (SEVERO, 2013, p. 454-455)

### 2.2. Sobre os planejamentos linguísticos

A discussão sobre os planejamentos linguísticos nos ajuda a perceber como são construídas as ideias sobre as línguas, sobre as línguas consideradas “superiores” ou “melhor preparadas”, sobre as línguas “incapazes de dar conta da ciência”, dentre outras ideias sem base cientificamente fundamentada. Severo (2013, p. 456) destaca a importância de um estudo mais atento com relação aos planejamentos linguísticos adotados, uma vez que esses planejamentos conduzem as políticas linguísticas organizadas para um determinado grupo de pessoas e que “[...]a seleção e a hierarquização das línguas e dos usos linguísticos são afetadas por dimensões ideológicas evidenciáveis tanto nas avaliações valorativas dos falantes em relação à língua, como nas práticas dos próprios pesquisadores.”

Gonçalves (2009) explica ainda que, em sua visão, o planejamento linguístico permite que se visualize objetivos e ações previstos para a condução desse planejamento, a qual, de acordo com a autora, é realizada por agentes “externos” – como linguistas e pedagogos – mas

também por agentes governamentais. Conforme nos explica a autora, é preciso considerar as seguintes etapas para que o planejamento linguístico seja bem sucedido:

1. Estabelecer processos e pesquisas para o planejamento linguístico ajuda a comunidade a estabelecer metas mais realistas e estratégias mais efetivas para atingir seus objetivos;
2. O planejamento linguístico ajuda a comunidade a ver os objetivos em longo prazo e os vários projetos que podem ser realizados;
3. Há o envolvimento da comunidade no estabelecimento de suas próprias políticas linguísticas tanto quanto dos agentes externos que participam do processo, como por exemplo, linguistas, pedagogos, agentes do governo e de organizações não-governamentais;
4. O planejamento linguístico pode ajudar a coordenar o que poderiam ser esforços desiguais ou conflitantes de diferentes pessoas ou grupos;
5. Um bom planejamento pode ajudar a prevenir ou reduzir faccionismos e rivalidades que possam surgir em torno da língua sendo que tais fatores são causas de redução da efetividade desses esforços de revitalização. (GONÇALVES 2009 P.215-216)

Vale destacar a preocupação com que a autora trata do assunto a partir das reflexões de D'Angelis (2005, p.14-15 apud GONÇALVES, 2009, p.216), que defende um trabalho cuidadoso, feito de seguinte maneira:

Qualquer proposta ou ação de intervenção em apoio e defesa de uma língua exige, antes de mais nada, um diagnóstico cuidadoso e preciso da situação. Não é raro encontrar indigenistas, agente de ONGs e até linguistas que divulgam avaliações superficiais e superestimadas a respeito da vitalidade da língua ou da cultura de um determinado povo indígena. As perguntas a se fazer, portanto, são:

- Temos um real diagnóstico da situação da língua na comunidade?

- Estaríamos superestimando a vitalidade da língua, talvez pela ilusão de um discurso indígena 'oficial' (de defesa e amor à língua), sem dar atenção aos fatos do cotidiano na aldeia? (GONÇALVES, 2009, p.216)

Concordando com Gonçalves (2009), realizar um “diagnóstico” das políticas e dos planejamentos linguísticos de uma determinada comunidade linguística é de grande importância, uma vez que analisa, dentre outras coisas, “o interesse dos membros do grupo na revitalização da língua e quais projetos podem ser desenvolvidos a partir dos resultados obtidos nesse levantamento.” Com as perguntas apresentadas pela autora, é possível perceber problemas gerados por políticas e planejamento que não atendem às necessidades dos indivíduos. Por exemplo, é um grave problema quando se ensina a língua para as pessoas que não tem noção dessa língua, ou que essa língua não faça parte de seu cotidiano. De acordo com a autora, sempre é possível se encontrar uma forma alternativa de ensinar uma determinada língua diante de uma diversidade linguística, sem que essa forma seja de caráter excludente.

Por outro lado, a autora compreende a necessidade de estarmos atentos à questão cultural que, por vezes, é deixada de lado pelos poderes dominantes.

Torna-se, então, importante não perder de vista as orientações dadas por Cooper (1989) que Severo (2013) bem destaca ao reproduzir a pergunta do linguista “Quem planeja o que para quem e como?” Essa nos parece uma boa chave interpretativa para pensar as políticas linguísticas e os planejamentos adotados em qualquer contexto estudado.

### **2.3. O Planejamento Linguístico na Guiné-Bissau**

Nesta parte do texto pretendemos discutir a questão do planejamento linguístico na Guiné-Bissau, que é um caso muito raro de ser discutido pelos políticos e ainda bem pouco explorado nos estudos linguísticos sobre o contexto guineense. Bartens (2005, p.32), na sua contribuição sobre planejamento linguístico, traz opinião do Kremnitz (1983) que explica que “[...]durante séculos, os falantes têm sido inculcados até tal ponto com a inferioridade da sua língua materna que o desdém faz parte da sua identidade linguística”. Sendo assim, as línguas maternas africanas continuam sendo línguas de pouca visibilidade, o que torna motivo de vergonha por parte dos seus falantes.

Na Guiné-Bissau, a maioria dos jovens guineenses, mesmo que falem suas línguas étnicas ou maternas, nem sempre admitem que sabem falá-las. Às vezes é comum ouvir dizer “eu entendo quando alguém fala, mas não sei responder na mesma língua”, ou então dizem que falam pouco esta língua. Esse sentimento de inferiorização por falar uma língua desprestigiada na sociedade guineense bloqueia o avanço das línguas locais do país. Não há nenhuma disciplina no sistema de ensino guineense que vai contra a ideia eurocêntrica sobre a importância de línguas europeias em relação as línguas locais, então os alunos continuam com o pensamento de que a língua guineense é uma língua despreparada ou inferior.

Essa realidade descrita reflete as consequências de uma política linguística que favorece ainda hoje a língua trazida pelos colonizadores portugueses e não valoriza as línguas e as culturas da Guiné-Bissau, sobretudo não se preocupa com o fortalecimento da língua majoritária do país, o crioulo.

O aumento de uso do crioulo pode ser caracterizado pelo aumento de número de imigrantes que entram na Guiné-Bissau, para fixar as suas residências como um país alternativo. Todos estrangeiros que visitam Guiné-Bissau, ou fixam as suas residências no país, possuem, como primeira preocupação, saber pelo menos no mínimo uma palavra em crioulo. Os dados de recenseamento, feito em 2009 pela iniciativa do governo guineense, concluiu que o número de imigrantes é estimado em cerca de 40 mil estrangeiros residentes legalmente no país, sendo que 35 mil são da África ocidental, sobretudo Guiné-Conacri (54%), Senegal (24%), Mauritânia (4,9%), Nigéria (4,5%), Mali (4,1%), Gâmbia (3,1%), e Níger (2,1%) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2017). Para se locomover no território nacional, o indivíduo precisa de falar crioulo, como uma língua alternativa, e não português nem outra língua étnica. Um estrangeiro proveniente de um dos países de expressão portuguesa, ao chegar a Guiné-Bissau, o fato de ele saber falar português, não é um melhor benefício para ele, a sua comunicação em português, exige maior esforço.

Outra característica é o aumento de escolas nas *Tabancas* (aldeias). Isso dá aos alunos que não falavam o crioulo oportunidade de aprendê-lo. Hoje em dia em muitas *Tabancas* (aldeias) é possível constatar presença do crioulo. Apesar de tudo isso o crioulo continua a ser visto apenas como língua do povo.

Se formos analisar o caso guineense considerando o que foi dito sobre planejamento de status, como foi citado por Ca (2015, p.134 apud MENDES 2019, P.165), o português foi adotado como língua oficial pelo decreto lei número 7 de 12 de novembro de 2007, o decreto torna obrigatória o uso de língua portuguesa em todas as instituições do país, as escolas inclusive. O decreto não conseguiu reduzir o uso de língua crioula nas instituições do país tanto nas instituições de ensino, o lugar do crioulo sempre se verifica na oralidade, não apenas na fala do povo, mas também nas instituições de um modo geral, incluindo as escolas, apesar de não ser o que é estabelecido pela lei, mas sempre é usada por todos.

Sempre que se trata da questão de planejamento de língua de ensino vemos que a inclinação dos que planejam favorecem as elites e despreocupam-se com o povo e suas necessidades. A elite política e intelectual são os verdadeiros planejadores linguísticos e obviamente que eles vão se preocupar mais com estudantes também dessas elites. Tal fato é que acontece também na escolha de uma língua que vai assumir papel de língua oficial. A maior dificuldade dos alunos que não pertencem às elites diz respeito à língua de ensino, porque essa língua não acompanha a identidade e as necessidades desses alunos no ambiente escolar. Isso

está presente em qualquer que seja o componente curricular uma vez que, quanto mais dificuldade de entender a língua designada para ensino, mais dificuldade o aluno tem durante o seu processo educativo. De acordo com Bartens (2005, p.32), “[...] à oficialização do crioulo deve preceder uma campanha de valorização pois é inútil ir contra a vontade de uma comunidade linguística, pelo menos depois de lhes explicar bem as vantagens da estandardização da sua língua.”

Podemos acreditar que a tentativa de oficialização de qualquer língua crioula na África, provocaria um grande debate a favor de línguas dos colonizadores. Isso porque os próprios africanos acreditam que as suas línguas não podem servir como línguas oficiais. Trata-se de uma ideologia colonial plantada na mente dos africanos há muitos anos. Para ir contra essa ideia é preciso um trabalho de base que seria “sensibilizar a comunidade a respeito” e explicar sobre essas hierarquias linguísticas coloniais. Porque vimos que sociedade guineense ainda reproduz a ideologia de que o português é a língua mais importante em relação às outras línguas locais.

Com relação ao planeamento de corpus, destacamos que na Guiné-Bissau ainda não temos materiais didáticos planejados para atender a necessidade dos estudantes, utilizando o crioulo apenas, ou em parceria com a língua portuguesa, de modo que isso vai continuando a tornar o ensino um processo deficiente. Um dos fatores que está ligado a não adoção de língua crioula como língua de ensino é a falta de aplicação da grafia do crioulo. Não há, até o presente momento, a organização institucionalizada do crioulo em termos linguísticos, o que poderia auxiliar o emprego dessa língua no sistema de ensino. Sempre que se escreve em crioulo guineense recorre-se a grafia do português, sua “língua lexificadora”, como comenta Bartens

[...]A medida mais importante entre as ações de instrumentalização de qualquer língua é a criação de um alfabeto. No caso da maior parte das línguas crioulas, existe o intento de escrevê-las já há décadas mas praticamente sempre os escritores se aproximaram da ortografia da língua lexificadora do crioulo em questão. [...]” (BARTENS, 2005, p.33)

Sendo assim, a política de criação de grafia para as línguas crioulas deve merecer maior preocupação dos políticos e linguistas. Quando se discute a questão do ensino do crioulo, na Guiné-Bissau, a questão da valorização e promoção da grafia do crioulo parece ser esquecida, como se fosse um aspecto fora da língua escrita. De acordo com Scantamburlo (2017), a ideia de implementação de grafia do crioulo guineense foi aprovada há muitos anos, como previsto nas “Propostas de uniformização da escrita do crioulo”, produzido pelo Ministério da Educação, da Cultura e do Desporto, em 1987 (SCANTAMBURLO, 2017, p. 55). No entanto isso até hoje

continua sendo um problema. Para escrever em crioulo, recorre-se a grafia do português. O que está por de trás disso? Durante esse espaço de tempo qual foi ação do governo para aplicação dessa grafia no seu devido uso? Se implementar a grafia do crioulo já aprovada oficialmente é um problema, como vai ser fácil de pensar numa língua não falada no dia a dia do povo?

A falta de vontade do Estado guineense em organizar essas questões ajuda na formação de discursos sobre o crioulo que o colocam em situação inferiorizada e fomentam uma hierarquia linguística e os discursos que apenas favorecem a língua portuguesa no país. São evidências dos planejamentos de prestígio e de usos organizados para o povo guineense que fragilizam o país e sua diversidade cultural, reforçando poderes linguísticos dominantes.

O francês e o inglês, por exemplo, estão sendo ensinados como línguas estrangeiras nas escolas públicas da Guiné-Bissau, onde o aluno tem opção de escolher uma para aprender durante o ano letivo. Já em escolas privadas, o aluno entra lá para aprender a falar a língua que ele opta, em um curso de 15 meses de duração, do qual os alunos saem falando como quem já viveu num país francófono ou anglófono. Muitos destes alunos passam logo a lecionar o Francês e o Inglês. Ainda nessas escolas se ensina também o próprio português, mas a maioria dos que estudam o português nesses centros saem como se nunca foram estudar ali. Tudo isso indica que o problema está nos materiais didáticos e a forma como se ensina o português e não nos alunos, além de certamente haver uma resistência ao português, visto que a identidade guineense não é contemplada nas políticas nacionais.

Se o governo não pensa em tomar decisões sobre ensino na Guiné-Bissau, e renovar suas políticas linguísticas educacionais de forma a trazer mudanças no ensino, o grande problema será uma perda de status do próprio português em relação ao francês ou ao inglês. Esse comportamento do governo guineense é uma decisão político-linguística a qual, como tantas outras praticadas no cenário mundial, “[...] tem focado a implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (políticas), como as políticas educacionais, com vista influenciar o comportamento dos sujeitos em relação a aquisição e o uso dos códigos linguísticos” (SEVERO, 2013, p.451-452).

Sendo assim, é possível dizer, metaforicamente, que a política linguística é uma semente jogada na terra, enquanto o planejamento linguístico é responsável pela irrigação dessa semente, ajudando-a a germinar e a dar frutos. As políticas linguísticas guineenses são sementes trazidas pelos colonizadores portugueses e que não estão adaptadas aos solos da Guiné-Bissau nem às vontades de seu povo. O planejamento linguístico praticado conduz e desenvolve a

política linguística por meio de suas estratégias que mais se preocupam com as sementes do que com os que vão colher seus frutos.

## CAPÍTULO III

### AS LÍNGUAS NO SISTEMA DE ENSINO GUINEENSE

Neste capítulo vamos discutir o sistema de ensino da Guiné-Bissau e sobre a forma como a língua portuguesa está sendo usada nas instituições escolares. Ao mesmo tempo, pretendemos analisar como o crioulo e o português estão sendo utilizados nas salas de aulas.

#### 3.1 O sistema de ensino guineense

O ensino da Guiné-Bissau passou por diversas fases em sua história, desde o período colonial até o período atual pós independência. Esses períodos têm características distintas um do outro e os sistemas também possuem funcionamentos diferentes.

A educação na Guiné-Bissau é realizada de maneira diferente da maneira europeia que foi introduzida após a chegada dos colonizadores no continente. Essa diferença, às vezes, é vista como uma maneira fora de padrão educacional, como mostra Mendes (2019, p.32) ao dizer que “[...]se entende a educação como processo que ocorre apenas nos espaços formais, como escolas ou universidades, mas, na verdade, a educação ultrapassa o ambiente escolar. Educação é um algo muito abrangente que envolve todas as relações humanas e está presente em todo lugar.”

Segundo o autor, o lugar de educação não pode ser limitado só nas escolas, assim como nas universidades, o que expressa a ideia de maior abrangência do conceito de educação. Sendo assim, podemos dizer que a educação não começou na Guiné-Bissau apenas a partir do momento em que os europeus chegaram ao continente, pois os africanos organizavam a educação através da oralidade, e é através da oralidade que a sociedade africana vem se construindo. Mendes (2019, p.33) traz a contribuição de Brandão (2013) que explica a educação na Guiné-Bissau como uma maneira de viver de um grupo de pessoas em que elas se inventam e reinventam. Nessa perspectiva, a educação baseia-se na cultura local, nas histórias contadas pelos *omis garandis* (homens grandes, ou seja, os mais velhos). Não havia histórias escritas nos livros, nem gravadas em cassetes, ou em quaisquer arquivos. Todas elas eram guardadas na memória.

Essa forma de educação ainda predomina na sociedade guineense em que a oralidade ainda é um instrumento fortemente utilizados para educar os mais novos. Por exemplo, com

relação ao modo de comer, em que uma criança de três anos já sabe que ao comer junto com o seu irmão mais novo deve deixar o mais novo comer o resto de comida mesmo que a comida não dê para matar fome de todos dois. A mais velha deve saber comer até um certo limite e deixar o mais novo para terminar o resto, assim a criança mais nova sabe que ele não deve comer peixe que está na comida enquanto a mais velha não comer primeiro. Outro exemplo importante é a forma de olhar para um adulto, a qual deve ser com muito cuidado, pois olhar nos olhos de *garandi* (*adulto*) não é respeitoso. Essa são coisas que ainda se presencia na sociedade africana.

O ensino organizado no período colonial tem diferentes classes feitas pelos próprios colonizadores excluindo os outros que eles achavam não serem civilizados. Segundo Mendes (2019, p.58)

No que refere à organização do sistema de ensino colonial, havia diferentes modalidades do ensino devido à política de discriminação que se imperava na altura. Era preciso criar escolas específicas com condições precárias para as populações autóctones, ditas “não civilizadas”, e escolas oficiais para os chamados “civilizados”.

Essa prática de divisão de classe social ainda é vista nas sociedades na Guiné-Bissau hoje, em que os filhos dos ricos não estudam em qualquer escola. Na verdade, eles vão estudar nas escolas melhores que não passam pelas greves ou então são mandados para o exterior para estudar.

Mendes (2019), na sua contribuição sobre a educação guineense no período colonial, reforça sua fala com o trabalho de Mendy (1993) dizendo que Portugal tinha dois objetivos que usava como missão na Guiné-Bissau: primeiro era, ‘levar o evangelho católico para os nativos que não conheciam o Deus cristão e que viviam de maneira “selvagem’’. Segundo o autor (1993, p.5), ‘[...] a população guineense estava a assimilar de boa vontade a civilização portuguesa [...]’. Essa informação levou Portugal a manter o seu plano de exploração na Guiné-Bissau, mas, na verdade, os guineenses já estavam cansados dos portugueses e essa informação não foi levada para assembleia internacional para impedir Portugal a realizar o seu sonho.

Mendy (1993) deixa bem claro que Portugal sabia de abuso que estava sobrepondo ao território ocupado, em que a religião e a escola eram formas de apropriar a razão e ampliar a duração da exploração do continente, portanto a opinião internacional acabou por acreditar na falsidade de um colonialismo benéfico de Portugal. As marcas desse equívoco são vistas ainda

hoje na cultura guineense e nos discursos que existem sobre a língua portuguesa e as línguas locais do país.

Lopes e Lopes (2014, p.156-180), através de lei de base da Guiné-Bissau, explica como está organizada e como funciona o sistema educacional da Guiné-Bissau atual. O intuito geral desse sistema é trazer aos alunos uma transformação própria que possibilitará uma integração social mais efetiva, com ações positivas nas suas comunidades. É nesse sentido que o sistema educacional da Guiné-Bissau está organizado com as seguintes fases: Educação Pré-escolar; Ensino Básico; Ensino Secundário; Ensino Médio; Ensino Superior; modalidades especiais de educação escolar e educação não formal.

Na educação pré-escolar, as idades das crianças são compreendidas entre os três e os seis anos de idade, tendo a entrada na escola como obrigatória pela lei nº 4/2011, Artigos 8º-11º. Nessa fase, um dos objetivos da educação é levar a criança a aprender a segurar o lápis de forma adequada e aprender a desenhar, isso prepara a criança para enfrentar o ensino básico com mais facilidade. No nível de ensino básico, de acordo com o artigo 12.º da mesma lei, o ensino é universal, obrigatório e gratuito. Desde o ingresso nessa fase, a criança já começa com prática de leitura, tendo acesso a um livro de leitura e um livro de exercícios cujos questionários se baseiam no livro de leitura. A partir do ensino secundário, não há mais práticas da leitura pois o ensino de gramática substitui a leitura. Contudo isso não é o suficiente para que os alunos falem o português de maneira adequada.

No contexto da Guiné-Bissau, a promoção e a manutenção da língua portuguesa como língua de ensino é uma questão muito difícil de se concretizar. A embaixada do Brasil na Guiné-Bissau tem um departamento denominado por Centro Cultural do Brasil, que promove especificamente a língua portuguesa. Os estudantes nesse centro são submetidos a uma prova de admissão, após terem feito a inscrição, e as aulas são gratuitas. O mesmo acontece na embaixada de Portugal, no Centro Cultural Português. Entretanto, nesse local, as inscrições e as aulas são pagas.

Fica evidente que todo tipo de promoção de uma determinada língua se baseia no planejamento de aquisição e contribui para o planejamento discursivo que se pretende para as línguas. Nesse sentido não há dúvida que essa etapa de planejamento não está sendo desenvolvido na Guiné-Bissau para a melhoria do ensino, de um lado, mas para as crenças existentes sobre as línguas, de outro lado.

### 3.2. O crioulo e a língua portuguesa na educação dos guineenses

Severo (2013, p.251) reforça a sua explicação sobre planejamento linguístico, com base em Cooper (1988), dizendo que o planejamento linguístico está voltado às implementações das grandes decisões sobre uma língua. Para a autora, a planificação linguística pode ser demarcada em duas áreas de estudos: a primeira área, a normalização que é uma área que se encontra em todas as práticas culturais podendo assim impulsionar o estatuto de uma dada língua; já para área de instrumentalização, a autora explica que esta se refere à prática de que uma língua local seja uma língua padronizada.

Nesse sentido, a ação do governo guineense sobre as línguas é ainda muito pouca. O governo precisa despertar atenção sobre as línguas locais, no entanto, o governo está empenhado em desenvolver planejamento de aquisição e de corpus, através de cooperações com algumas embaixadas, na medida em que as embaixadas de Portugal e do Brasil oferecem aulas de reforço para os alunos. No que diz respeito à língua crioula, já é um ponto importante que precisa chamar atenção do governo, pois o crioulo já tem uma grafia, mas que poucos guineenses conhecem. Nesse sentido o governo deveria ter trabalhado nisso para que todos tivessem acesso a esses conhecimentos.

O ensino guineense tem passado por grandes problemas por falta de acompanhamento, não há reforço de capacitação aos professores, não há também planos para normalização dos materiais didáticos, e isso tudo reflete muito no aprendizado. Infelizmente, favorece inclusive um discurso que entende como sendo culpa do aluno em não aprender a língua portuguesa, mesmo esse se esforçando na medida do possível. A sucessiva queda dos governos que faz parte da vida política da Guiné-Bissau, pode ser um problema ainda maior, que prejudica a atuação dos ministros da Educação no sentido da organização do sistema de ensino. Mesmo que o governo tenha planos de melhorar a qualidade da Educação nacional, não há tempo para esse plano ser colocado em prática e o novo governo que substitui o anterior não continua os programas do governo antecessor. Talvez devesse haver um consenso no sentido de que quando um governo for substituir o outro, o novo governo deve continuar com os bons programas deixados pelo antigo governo, ou então elaborar planos que se aproximem dos anteriores para tentar dar fôlegos de esperança ao ministério.

Após a luta da independência, na Guiné-Bissau, o português que tinha sido a língua de ensino na Guiné-Bissau no tempo português, continuou ocupando a mesma função, de modo

que o crioulo se usa apenas para auxiliar o ensino na sala de aulas. No entanto, o uso dessa língua no ensino não favorece a maioria dos estudantes, de modo que isso não consegue oferecer uma boa qualidade de aprendizagem a eles. A maioria dos professores tem dificuldade de falar o português por possuírem uma formação deficitária, o que acaba por afetar os alunos no aprendizado do idioma. Também, a forma como se ensina a língua no país não é adequada pois ela é ensinada como língua materna e não como segunda língua, conforme a realidade do país.

Um dos motivos que possam ser considerados como aspecto que interfere no ensino do país é justamente o tratamento dado às línguas étnicas faladas no território nacional. Por não estarem contempladas no sistema de ensino, são colocadas de lado e, conseqüentemente, desvalorizadas e essa prática dificulta bastante o aprendizado dos estudantes. De acordo com Embalo (2008, p.102) “[...] o português não é a língua de comunicação nacional, na medida em que apenas cerca de 13% dos guineenses a falam, incluindo os que a têm como língua segunda, terceira ou até mesmo quarta para a maior parte dos guineenses”. Tomando por base essa contribuição de Embalo, é possível concluir que o sistema do ensino não poderá oferecer uma resistência diante desse número elevado dos falantes das outras línguas nacionais. Então o português está numa corrida em que ele é único deficiente e, sendo ele deficiente, o sistema também herda o mesmo defeito e acaba por prejudicar os estudantes.

Não há como negar que o ensino da Guiné-Bissau se dá, ainda que informalmente, de forma bilíngue, uma vez que o português e o crioulo são as línguas utilizadas no ensino desse país. Apesar de o crioulo não ser oficializado como língua de ensino, interfere nas salas de aulas muito frequentemente. Os alunos na Guiné-Bissau são cercados de várias ordens que lhes obrigam a falar o português no recinto escolar, o que não é uma prática plausível, porque os estudantes não se identificam com o português. Lopes da Silva e Sampa (2017, p.237) trazem a contribuição de Freire (2011) sobre importância de uma língua no ensino, dizendo que

ensinar é por via da linguagem maternal, que é a língua que as pessoas têm mais probabilidade de dominar através do contato permanente. Não existe nada igual a aprender um conteúdo na língua que domina, haja vista que não só facilita a assimilação do conhecimento como também deixa os aprendentes mais animados, fato que traz, com certeza, grande produtividade e eficácia na hora de passar o que se aprende para outras pessoas (caso dos professores). Em muitas escolas na Guiné-Bissau, os alunos são obrigados a falar o português nos recintos escolares, mas, mesmo com essa determinação, eles falam crioulo entre si para a melhor comunicação. Nós vemos essa proibição como uma inversão de papel, ou seja, há casos em que o professor sente que o aluno entende o conteúdo, mas na hora de falar o proíbe de se comunicar em

crioulo, ao ponto de esse aluno levar nota baixa só porque não consegue explicar em português. Por isso, os alunos se preocupam mais em decorar o dicionário.

Com base nessa ideia dos autores, é possível concluir que o ensino guineense poderia adotar o crioulo como língua de ensino, uma vez que é por meio dela que a maioria das pessoas expressam as suas ideias com mais clareza. Desde que o país saiu da luta pela independência, a língua portuguesa não consegue, de modo algum, revolucionar o ensino no país.

Hoje em dia os falantes do crioulo “puro” estão sendo criticados pelos falantes do crioulo “aportuguesado”, querendo unificar a forma de falar o crioulo com a do português, o que não deveria ser. Para um falante do crioulo “puro”, perguntar a uma pessoa como ela acordou, se diz *kuma ku bu mansi?* (Tradução: Como amanhaceste?) Mas para um falante do crioulo aportuguesado prefere dizer *kuma ku bu korda?* (Tradução: Como acordaste?)

Esse fato só pode ser considerado como um problema dentro do ensino e que possa ser motivo de hierarquização dentre os falantes do crioulo. Trata-se até mesmo de um problema social quando se aceita que o crioulo é uma língua independente que não precisa de outra língua para orientá-lo na ação da fala. Como explica Augel (1997, p.251), “[...]Ao ouvir-se um intelectual falando, o crioulo parece português mal falado. Mas quando falado pelo povo, é uma língua independente, bem africana, [...]”. O autor ainda completa dizendo que:

Deveria corresponder ao bom senso e ao óbvio as crianças serem ensinadas em uma língua que de fato entendessem, mas existem influências fora das reflexões pedagógicas que interferem nas decisões. Interesses ligados ao poder e à conservação da extrema estratificação social fazem com que o país pratique, desde os tempos coloniais e também depois da independência (em 1973/74), um certo "darwinismo educacional": a escola é extremamente seletiva e a grande maioria continua excluída do acesso à educação formal. (AUGEL, 1997, p.252)

As perguntas feitas por Gonçalves (2009, p.217) apresentadas no capítulo anterior sobre o diagnóstico do planejamento linguístico realizado podem servir de base para uma reflexão profunda sobre o modo como a língua é ensinada em diversas formas, sobretudo nas escolas como um lugar de ensino mais formal. Às vezes, o professor empenha-se bastante em ensinar para o aluno uma língua seguindo os materiais didáticos, dentro de sala de aula, sem ter nenhuma consideração com a comunidade do próprio aluno e sua cultura. Isso acaba levando o professor a não mostrar ao aluno o quanto a sua língua local tem valor e, por isso, não é representada na sala de aula. Nesse sentido, o autor vem provocando uma reflexão a volta disso.

O autor ainda pretende levar ao leitor a uma elevada reflexão a nível do objetivo de língua que é comunicação. Dentro dessa ideia, o uso da linguagem apresenta uma complexa forma dependendo do contexto, de modo que nenhum contexto deve ser ignorado. Os contextos de uso de língua não apresentam um carácter homogêneo, o uso de língua não exige abandono de qualquer que seja variedade ou variante. A língua não pertence apenas a uma determinada cultura, mas ela é uma ferramenta de comunicação intercultural, ou seja, ela vai além de apenas uma cultura.

Gonçalves (2009, p.218-219) vai questionar sobre os tipos de materiais e publicações que há na avaliação de recursos e documentos, como também sobre os meios em que isso passa para o seu público-alvo. Essa etapa é uma das mais importantes e para fazer esse tipo de avaliação é necessário, em primeiro lugar, identificar os materiais a serem avaliados. Os livros, vídeos e CDs, como citou o autor, são instrumentos utilizados para que uma língua se torne mais praticada. O autor ainda vai se preocupar com a avaliação de recursos institucionais em que ele se preocupa com os recursos materiais que podem ser utilizados para utilização de ferramentas tecnológicas como computadores, impressoras, *softwares*, acesso à *internet*, todos esses materiais indicam os recursos institucionais disponibilizados ao aprendizado de línguas.

Se o Estado guineense tivesse uma visão da língua para melhorar o ensino na Guiné-Bissau, mesmo que continue com a língua portuguesa como língua de ensino, deveria se preocupar mais com a formação docente, com os recursos disponibilizados e com o respeito à cultura e às línguas locais. O processo de instrumentalização das línguas, a organização adequada do ensino bilíngue e a promoção de práticas de oralidade, para além da cultura escrita, poderiam ser grandes estratégias a serem adotadas.

A gramática e dicionário de crioulo é um caso de grande problema, de modo que o desenvolvimento de língua crioula e do português guineense não avança. Um planeamento de corpus para o crioulo guineense prevê a organização de uma gramática própria do crioulo, o que poderia ser uma forma melhor para os seus aprendizes. Isso ajudaria na construção de um entendimento sobre a cultura da Guiné-Bissau. Não estamos falando de uma gramática apenas normativa, mas uma gramática oral, uma vez que a língua crioula, assim como as demais línguas guineenses, são línguas de tradição oral. Mas para isso acontecer será preciso uma política linguística pensando especificamente nisso.

As políticas linguísticas da Guiné-Bissau estão mais preocupadas com a língua portuguesa e sua implementação, mesmo que isso não seja feito de forma adequada. As línguas

europeias em África, de um modo geral, recebem mais valor e atenção dos governos africanos do que as línguas locais. Vimos que as línguas europeias são motivo para que os africanos não tenham muito interesse na implementação das línguas africanas no ensino. Isso não é apenas uma questão de condição financeira para produzir materiais didáticos, mas de falta de vontade política. Enquanto os governos africanos considerarem as línguas locais como língua de comunicação, de oralidade, de cultura e da identidade restrita às pequenas comunidades, continuarão a dar lugar mais importante às línguas europeias. Esse problema não é diferente na Guiné-Bissau, conforme vamos ver, no próximo capítulo, a partir das falas de alguns guineenses que foram entrevistados para esta pesquisa.

## CAPÍTULO IV

### A PESQUISA REALIZADA

Esse capítulo apresentará a metodologia através da qual a pesquisa foi desenvolvida, auxiliando-nos a coletar os dados de maneira lógica e viável. Também serão apresentadas as informações relativas aos sujeitos entrevistados, suas respostas, bem como ainda nós podemos encontrar as análises de todas as respostas dadas na pesquisa. Essas análises foram feitas com base em todas as questões teóricas estudadas para este trabalho e apresentadas nos capítulos anteriores.

#### 4.1. Metodologia

Este trabalho de investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, exploratória, uma pesquisa de levantamento com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é aquela em que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.54) “[...] o pesquisador baseia o seu trabalho em consulta de materiais publicados como livros e artigos científicos; livros, revistas publicações, monografias, dissertações entre outros publicações.” Esta foi a parte inicial deste trabalho em que os conceitos principais e as explicações teóricas foram estudadas e fichadas para, posteriormente, serem utilizadas na escrita dos capítulos deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Esta pesquisa também é exploratória pois está numa fase preliminar de estudos e possui o objetivo de trazer mais informações sobre o assunto que foi pesquisado. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51). O trabalho procura explorar as questões sobre as políticas e os planejamentos linguísticos da Guiné-Bissau para um melhor entendimento quanto aos problemas vividos no país por conta de suas questões com a língua portuguesa e o multilinguismo local.

Para buscarmos um aprofundamento com relação ao assunto dessa pesquisa, buscamos saber o que pensam vários guineenses sobre as questões pesquisadas. Por isso, a pesquisa desenvolvida é de levantamento, uma vez que são feitas perguntas diretas às pessoas para conhecer bem o que elas pensam sobre o assunto pesquisado através das respostas dadas. A pesquisa de levantamento “consiste na elaboração de perguntas direcionadas as pessoas ou

grupo de pessoas em que o pesquisador espera as respostas adequadas.” (PRODANOV; FREITAS, 2013 p.57);

Por fim, quanto à sua abordagem, a pesquisa é de caráter qualitativo pois preocupa-se com o teor dos conteúdos estudados, relacionando-os com os contextos e com as situações em que estes conteúdos se encontram. Não há uma preocupação numérica, mas sim com os assuntos, os discursos e as informações dadas pelos textos e pelas pessoas entrevistadas. (PRODANOV; FREITAS, 2013 p.70)

#### **4.2 As respostas e as análises**

O objetivo das perguntas feitas aos entrevistados é de situar-nos melhor sobre o uso de língua portuguesa na Guiné-Bissau, paralelamente com o uso da língua crioulo e das demais línguas étnicas. Por outro lado, essas perguntas nos permitem entender a influência de língua crioula nas instituições escolares. Nós elaboramos também algumas questões, as quais foram respondidas pelos estudantes universitários guineenses, com o objetivo de entender o nível de língua portuguesa em relação às outras línguas na Guiné-Bissau. As entrevistas foram feitas através das perguntas escritas e entregues em uma folha aos entrevistados, os quais possuíam algum tempo para respondê-las.

A pesquisa contém cinco perguntas que foram respondidas por dez estudantes universitários guineenses, homens e mulheres, alguns com nível de bacharel, alguns cursando bacharelado e licenciatura. Os dados foram organizados de acordo com a numeração de perguntas e, após a apresentação dos dados, foi feita uma leitura, com base na teoria estudada, que nos permite fazer uma análise mais segura e tecer considerações a respeito. Cada resposta foi anexada na sua respectiva pergunta. Sendo feito isso, passamos à transcrição da entrevista. O trabalho foi realizado através de vários encontros com o orientador.

*Pergunta 1: Qual a sua língua materna/primeira? Em que momento e local, em sua vida você aprendeu a língua portuguesa?*

A: a minha língua materna é crioulo de Guiné-Bissau, foi a primeira que aprendi falar junto com a família em casa, comecei aprender o português na escola.

C: a minha língua materna é manjaco. Aprendi língua portuguesa na escola.

D: a minha língua materna é a língua crioula (guineense), o momento que eu aprendi a língua portuguesa foi quando comecei a estudar, ou seja entrei na escola e local foi na escola.

E: A minha língua materna é fula. aprendi a língua portuguesa com 10 anos de idade, na escola.

F: A minha língua materna é bijagós. O português eu aprendi falar na escola.

G: a minha língua materna é crioulo.

H: A minha língua materna é crioulo, aprendi falar português no espaço escolar.

I: A minha primeira língua é crioulo. Aprendi a língua portuguesa na escola.

### Análise

De acordo com as respostas dadas à primeira pergunta, chegamos à conclusão de que a maioria dos guineenses entrevistados tem as suas línguas étnicas como a primeira língua – língua materna – sendo que muitos apontaram o crioulo como língua materna. Sabemos que todas essas línguas são aprendidas de maneira informal, ou seja, através dos pais ou com colegas, em práticas cotidianas. Muitas crianças só começam a aprender o português a partir do momento em que os pais as colocam na escola. Isso também pode ser constatado nas respostas dadas, o que nos leva a concluir que o português está longe de ser língua usada no dia a dia da maioria das pessoas da Guiné-Bissau, muito menos pode essa língua ser de identidade nacional.

Pergunta 2: *Onde você fala/falava a língua portuguesa em Guiné-Bissau? Com quem você falava essa língua?*

A: falava português na Guiné-Bissau na escola com meus professores e colegas de turma.

B: falava língua portuguesa na escola, falava com os colegas de escola.

C: eu falava a língua portuguesa em Guiné-Bissau na escola com professor e colegas na sala de aula.

D: eu falava a língua portuguesa na escola e eu falava a língua portuguesa com os meus colegas da escola.

E: Na Guiné-Bissau, eu falava língua portuguesa na escola com os colegas e os meus professores.

F: exclusivamente eu falava o português na escola com o professor e com os colegas da turma.

G: falava português só na escola, as vezes com os amigos que não sabem falar português.

H: eu falava a língua portuguesa no ambiente escolar, e com os meus amigos e professores porque sou obrigado a falar, se não falar vai pegar castigo.

I: eu falava só na escola com meus colegas.

### Análise

As respostas dadas à pergunta 2 nos oferecem maior clareza sobre o uso das línguas étnicas e da língua crioula na vida dos guineenses. Em nenhuma das respostas dadas a essa pergunta nós vemos que o português se aprende em casa, mas sim a partir da escola e, ainda, que as pessoas que sabem falá-la, não falam com a família. A resposta H nos leva a concluir que o aluno ~~para~~ fala português na sala de aulas por uma questão de obrigação, muitas vezes acompanhada de um castigo. Isso quer dizer que não é uma escolha ~~peça~~ própria da vontade de cada um, mas sim uma imposição. Se isso é a realidade de todos os alunos, fica então claro que um dos problemas que leva aos alunos guineenses a ter dificuldade de falar português é por falta de própria vontade ou então eles não valorizam essa língua como uma construção da sua própria sociedade. Também podemos pensar numa atitude de resistência a essa imposição feita por uma política linguística que não está preocupada com as vontades e a identidade do povo guineense.

Pergunta 3: *Em qual língua você sonha? Em qual língua você expressa os seus sentimentos com mais facilidades? Qual língua identifica melhor você como guineense? Explique as suas respostas.*

A: eu sonho em crioulo e em português, expresso com mais facilidade em crioulo porque é a língua que falei toda vida e me identifico com o crioulo porque é a língua que me pertence.

B: sonho com francês, crioulo porque é a língua que eu aprendi desde a minha infância.

C: a língua que expresso meus sentimentos com maior facilidade é língua manjaca. A língua que me identifica melhor é o guineense, escolhe o crioulo pois ela uniu os grupos com as suas línguas.

D: eu sonho com a língua crioula a língua crioula é a língua que eu expresso os meus sentimentos com mais facilidade. A língua que me identifica melhor como guineense é a língua crioulo, porque é a primeira língua que tive o primeiro contato é a primeira que eu fui ensinado.

E: sonhava com língua fula, expresso os meus sentimentos através da língua fula porque é a língua que eu me identifico.

F: eu expresso meus sentimentos com mais facilidade em crioulo ou minha língua materna o bijagós. O português não me identifica.

G: em língua crioulo consigo expressar os meus sentimentos com mais facilidade em crioulo e português. A língua manjaca porque isso me identifica muito porque é a minha língua étnica.

H: eu sonho no crioulo e expresso os sentimentos muito bem o melhor no crioulo, porque é a língua que me identifico porque nasci escutei os meus pais falarem o crioulo.

I: eu falo algumas línguas sim. Mas o crioulo é a minha praia. Eu falo mais a vontade em crioulo.

### Análise

As respostas dadas para essa pergunta nos levam a entender que poucos guineenses se identificam com a língua portuguesa e que suas ideias são verbalizadas pelo crioulo, na maioria, e por algumas das outras línguas étnicas guineenses. Isso nos mostra bem claro que ainda há um interesse maior por parte de povo em manter as suas línguas como uma identidade nacional, uma forma de ser guineense e de atuar na sociedade de forma mais legítima a partir da língua com a qual mais se identificam. O descuido do governo da Guiné-Bissau sobre as línguas locais consome a cultura e a vontade de povo assim como impede o desenvolvimento das línguas locais, construindo discursos que, aos poucos, podem tornar as línguas nacionais mais desvalorizadas pelo povo. Essas ações são uma política linguística que promove o planejamento discursivo que desvaloriza as línguas nacionais e constrói preconceitos e discriminações na sociedade guineense por parte das questões linguísticas.

Pergunta 4: *Como você avalia o fato de a língua portuguesa ser a única língua oficial da Guiné-Bissau?*

A: sendo que a Guiné-Bissau passou pelo processo de colonização isso faz com a língua portuguesa como oficial do país mas para mim poderia ser crioulo.

B: a língua portuguesa sendo a única língua oficial em Guiné-Bissau eu diria que deveria ser implementado a língua crioula.

C: partido no que diz respeito ao ensino escolar a língua portuguesa tem muito impacto pois como sabem no interior do país em questão cada grupo étnico tem a sua língua e muitos jovens, crianças não sabem falar a língua nacional muito menos a língua oficial por isso que observo essa língua não deve ser oficial.

D - a língua portuguesa como única língua oficial da Guiné-Bissau, faz muita dificuldade para conjunto de pessoa que não tem oportunidade de ter contato e aprender através disso poderia ser mais de uma língua oficial.

E: a avaliação que faço de português ser única língua oficial na Guiné-Bissau é negativa.

F: é complicado ter como língua oficial o português porque é língua que menos é falado muito na Guiné-Bissau.

G: Muito ruim porque só se fala em alguns lugares enquanto volta para casa não falar mais.

H: Não tenho nada de mal contra a língua portuguesa, mas é importante que nós refletirmos a condição que essa língua chega para nós, no período da colonização seria importante colocar também o crioulo como a nossa língua oficial.

I: não é justo isso. É como se fosse estamos haver a língua que nos oprimiu.

Análise:

Ficou claro que a oficialização da língua portuguesa na Guiné-Bissau não é uma decisão que todos os guineenses consideram como positiva. O crioulo é falado nas instituições do país o dia todo, mas quando formos ver os documentos oficiais escritos, todos são escritos em português. Isso nos leva a compreender que os próprios governantes precisam de usar o crioulo para realizarem seus planos de governo. No entanto, como o português é uma língua de prestígio, está presente nas instituições para fortalecer a ideia de superioridade que se quer trazer para

essa língua. A resposta do informante “I” revela o quanto as pessoas sentem-se desconfortadas com o português como língua oficial e, conseqüentemente, como língua de ensino guineense. Com base no que a pessoa expressa, podemos afirmar que o povo guineense está ainda lutando contra a ideia de uma colonização das mentalidades guineenses, pois, sendo o português um fator colonial, não deve ser visto como uma língua mais importante do que qualquer uma outra, sobretudo porque não representa a identidade da maioria das pessoas no país.

Pergunta 5: *Qual a sua opinião sobre o uso de língua portuguesa e do crioulo no sistema do ensino guineense?*

A: a minha opinião sobre o uso de língua portuguesa no ensino é muito errado porque dificulta na aprendizagem do aluno seria melhor que a língua crioula no ensino.

B: eu diria que deveria ser admitido falar o crioulo no sistema de ensino, ou seja nas escolas guineense o fato que não é motivo os professores aprendem os alunos a expressarem a língua crioula na sala de aula, o ato que é antipedagógico deveria se implementar essa língua crioula.

C: o importante no ensino em primeiro lugar contendo por isso que importante e urgente a introdução da língua crioula guineense no ensino.

D: minha opinião sobre o uso da língua portuguesa e crioula no sistema do ensino guineense vai ser muito importante usar as duas línguas no ensino, porque os estudantes só têm vontade de falar em crioulo. O importante seria usar todas as duas línguas no ensino de Guiné-Bissau.

E: na minha opinião a troca de língua portuguesa pelo crioulo contribuiria muito no progresso do aluno porque com o português o aluno não se sente representado na sala de aula.

F: para mim o melhor seria implementação do crioulo como língua do sistema educativo na Guiné-Bissau.

G Na minha opinião seria melhor o uso de língua crioula no sistema de ensino.

H: as duas línguas poderiam ser usadas no sistema de ensino guineense, porque a maioria dos alunos tem dificuldades de aprender o português por isso é importante estabelecer o crioulo no ensino guineense.

I: seria melhor o uso do crioulo no ensino guineense porque o português não está ajudando aos alunos.

Análise:

Nessa última pergunta é possível observar em todos os comentários que o uso da língua crioula no sistema de ensino poderia auxiliar muito mais no aprendizado dos estudantes guineenses. O português como língua de ensino não passa de uma visão política conduzida por ideologias ainda colonialistas pelos líderes. A imposição de uma língua que não é guineense dificulta e, até mesmo, impede que muitos guineenses tenham acesso aos conhecimentos e saberes que precisam ser estudados. É possível concluir que, politicamente, o crioulo está sendo roubado dos seus donos.

Um guineense pensa em crioulo, concretiza o seu pensamento na fala em crioulo e é obrigado a introduzir tudo isso no papel em português. Não há nenhuma dúvida de que os guineenses precisam do crioulo em todos os aspectos. Isso não implica dizer que o português não deve ser falado no país, mas que tenha o mesmo *status* que o crioulo enquanto língua de maioria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo entender melhor as causas das dificuldades que os estudantes guineenses possuem em seus aprendizados com relação à língua. Para melhor abordar nosso tema, apresentamos no primeiro capítulo a política linguística e o seu conceito, explicando como estão organizadas as políticas linguísticas na Guiné-Bissau. Em seguida, discutimos, no capítulo 2, o planejamento linguístico na Guiné-Bissau, por isso procuramos situar melhor o leitor através da definição de planejamento linguístico, assim como apresentamos os tipos de planejamento linguístico: planejamento de corpus, planejamento de status e planejamento de aquisição. Já no capítulo 3 fizemos uma discussão sobre as línguas no sistema de ensino da Guiné-Bissau, destacando a presença do crioulo e da língua portuguesa na educação dos guineenses. Por fim, no capítulo 4, foi comentado sobre as respostas que estudantes guineenses nos deram em nosso levantamento de dados sobre a questão linguística e educativa da Guiné-Bissau.

A partir das necessidades que a Guiné-Bissau tem para com o futuro da(s) língua(s) no país, a política linguística oficial atual está organizada através das decisões políticas que adotam o português como única língua oficial e de ensino. Essa decisão foi tornada pública por meio de um decreto que visa o uso de língua portuguesa nas reuniões oficiais, nas instituições do Estado assim como nas escolas. Dessa forma, o país opta por um planejamento de status linguístico que, para atingir os seus objetivos, privilegia a língua portuguesa e desvaloriza o crioulo guineense, bem como as demais línguas étnicas. Fica evidente que esse planejamento linguístico adotado não atende às necessidades da população nem à cultura local.

Para a língua crioula, o planejamento de corpus é o que está relacionado à organização lexical e a gramatização<sup>1</sup> da língua, envolvendo a criação de manuais de ensino, dicionários etc. Na Guiné-Bissau é a igreja evangélica – e não o Estado guineense – quem desempenha esse papel muito fundamental na criação de materiais didáticos. Isso aponta para uma política linguística não oficial e organizada por outras instituições não governamentais.

Entretanto isso acontece, pois, a maioria dos guineenses concorda com a adoção da língua crioula como língua oficial e de ensino no país, acreditando que essa possibilidade poderia ajudar os alunos não só nos aprendizados, mas também na promoção de língua crioula. O crioulo é língua de todos os guineenses e é a identidade de todos os guineenses. Não há um

---

<sup>1</sup> Refiro-me, aqui, à construção de manuais que se dediquem a explicar a estrutura e o funcionamento da língua.

esquivo de identificar a nacionalidade que fala o crioulo. Um guineense, ao falar o crioulo acarreta uma maior pertença e reafirma sua identidade nacional. É essa língua que permite a todos os guineenses se sentirem à vontade de falar uns com os outros, expressando melhor suas emoções e vontades, convivendo socialmente de forma mais efetiva.

Retomando o que foi discutido neste trabalho, a política *in vivo* discute as práticas sociais de língua e a política *in vitro* refere-se às intervenções sobre essa prática. Sendo assim, após as análises e estudos realizados, percebe-se que o povo guineense desempenha um papel muito importante nessas políticas das práticas cotidianas que revelam a resistência que esse povo demonstra em frente ao que as instituições guineenses defendem. O português pode ter grande importância na construção da história do país, mas é o crioulo a língua identitária da maioria, aquela que subverte e resiste aos ordenamentos da política oficial e faz circular a vontade do povo da Guiné-Bissau.

Tirar dos guineenses a língua crioula, não a valorizar e não ensiná-la adequadamente é uma forma de apagar das mentes das novas gerações os saberes, os conhecimentos e as identidades dos povos da Guiné-Bissau. As línguas portuguesa e crioula são línguas que aparecem sempre na fala de professores guineenses também a dos alunos, porém o português, por não ser utilizado no dia a dia, na vida social da maioria das pessoas, acaba sendo uma língua que dificulta muito aos alunos na aprendizagem devido a sua pouca significância para o povo.

Ao finalizar este trabalho, espero ter contribuído bastante na melhoria de ensino da Guiné-Bissau, e poder conscientizar a autoridade competente sobre importância de língua na formação da sociedade, para que nossos estudantes possam estar na condição de competir com os demais estudantes de CPLP não só mas também com qualquer estudante do mundo, de modo que possam fazer face as exigências e atuais desafios que o mundo nos propõe.

## REFERÊNCIAS

- AUGEL, Johannes. **O Crioulo da Guiné-Bissau** INEP-Bissau, Afro-Asia, v.19, nº 20, p.251-254, 1997. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20957/13560>>. Acesso em: 22 fev. 2017.
- BARTENS, Angela. **Questões da planificação lingüística das línguas crioulas**. Universidade de Helsinque, 2005.
- CABRAL, Amílcar. **A questão da língua**. Pápiá 1. 1976. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewfile/188/300>. Acesso em 10 ago. 2021.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola editorial, 2007.
- COUTO, Hildo Honório. O crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas. In: *Linguística*. v.29 n.1, 1989. Disponível em: <https://revije.ff.uni-lj.si/linguistica/article/view/4582>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional**. In: PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico. V.18, 2008 P.101-107
- GONÇALVES, Solange Aparecida. Por um planejamento linguístico local. **Revista Investigações**. Vol. 22, nº 2, Julho, 2009.
- LOPES E LOPES, Luísa da Silva. **A lei de bases do sistema educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política**. 2014. 431f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Departamento de Educação. Universidade de Aveiro, Portugal, 2014. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/13778/1/A%20LEI%20DE%20BASES%20DO%20SISTEM%20EDUCATIVO%20DA%20GUIN%C3%AB-BISSAU.pdf> Acesso em: 10 ago.2021
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Mais da metade de imigrantes residentes na Guiné-Bissau vem da Guiné Conacri**. Diário de Notícias. 14 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/mais-de-metade-dos-imigrantes-residentes-na-guine-bissau-vem-da-guine-conacri-8637859.html> Acesso em: 26 Jul. 2021.
- MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística**. Campinas: Pontes, 2004.
- MENDES, Leonel Vicente. **(Des)caminhos do sistema de ensino guineense: avanços, recuos e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2019.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2013.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República da Guiné-Bissau**.

REPÚBLICA DE PORTUGAL. **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Ultramar da Guiné, Angola e Moçambique**. Decreto-Lei n. o 39.666, de 20 de Maio de 1954.

SANHÁ, Cirílo. **Do ensino Público ao ensino de iniciação comunitária**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2014.

SCANTABURLO, Luigi. **30º aniversário da grafia “oficial” do crioulo guineense artigo de investigação**. In: Sintidus. N.1. 2018, p.53-78

SEMEDO, Odete Costa. **Em que língua escrever**. 1996. Disponível em: <http://www.elfikurten.com.br/2016/07/odete-costa-semedo.html> Acesso em: 10 ago. 2021.

SEVERO Cristine Gorski. **Política(s) linguística(s) e questões do poder**. In: Alfa, São Paulo, n.57, 2013. p.451-473.

SEVERO, Cristine Gorski. **Lusofonia, Colonialismo e Globalização**. In: Fórum linguístico. v.13, n.3. jul./set. 2016. p.1321–1333.

SILVA, Ciro Lopes da; SAMPA, Pascoal Jorge. Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. In: **RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa**. nº 31, 2017. p. 231-247. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.31.10>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TIMBANE Alexandre António **Língua ou Línguas Portuguesas? A variação linguística na Lusofonia**- Conference Paper January, 2016. p.3-6.

TIMBANE Alexandre António. **Políticas Linguísticas e o Desenvolvimento Endógeno em África**, 2014.